



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS - SECID- PARANACIDADE

Informações Básicas:

Proponente: Município de Francisco Beltrão, PR;

Requisitante: Secretaria de Viação e Obras;

Secretário: José Claudiomar Borges;

Elaboração: Nelson Venzo;

Equipe Técnica: Heloisa Bortot, Arquitetura, Camila Cancelier, Engenheira Civil, Marcos Bortot, Engenheiro Eletricista, Julio Cesar Perin, Engenheiro Civil;

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia para Construção de um Centro de Eventos, com área total de 665,67 M², a ser edificado na Avenida Paraná, no bairro Presidente Kennedy, no Perímetro Urbano do Município de Francisco Beltrão, Paraná.

Localização: AVENIDA PARANÁ, 1.255 – PRESIDENTE KENNEDY LOCAL: LOTE 12A, QUADRA 95, no MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO – PR

Referências: Lei Federal nº14.133/2021; CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, GOVERNO DO PARANÁ;

1. INTRODUÇÃO

Consoante orientações expressas do Tribunal de Contas da União, conforme artigo nº18, inciso nº I, da Lei nº14.133/2021, as contratações públicas devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração. Nesse sentido, destaca-se entre suas principais vantagens a identificação de custos e riscos relacionados à contratação, bem como das maneiras de minimizá-los, configurando-se uma fase primordial desse processo

Destarte, na elaboração deste ETP, optou-se por seguir as diretrizes gerais apontadas pela Instrução Normativa 40/2020 SG/ME, de 22 de Maio de 2020 (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP -, cujo estudo e a análise técnica de viabilidade para a Contratação de empresa especializada na área de engenharia para Construção de um Centro de Eventos, com área total de 665,67 M², a ser edificado na Avenida Paraná, no bairro Presidente Kennedy, no Perímetro Urbano do Município de Francisco Beltrão, Paraná.

Localização: AVENIDA PARANÁ, 1.255 – PRESIDENTE KENNEDY LOCAL: LOTE 12A, QUADRA 95, no MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO – PR.

1.1. Dos atos normativos que deverão ser obedecidos no procedimento licitatório:

Visto a complexidade dos processos que envolvem contratações públicas, faz-se necessária a estrita observância do arcabouço normativo vigente destacado a seguir:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

- Resolução nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e a Resolução 1.050, de 13/12/2013, que revoga o § 2º do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025 – CONFEA;
- Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 de agosto de 2014;
- Lei Municipal nº 3.906 de 1º de Dezembro de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 4.378 de 09 de março de 2016;
- Decreto Municipal nº 251, de 20 de Maio de 2020, e legislação complementar aplicável;
- Portaria Municipal nº 323, de 13 de Setembro de 2023;
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988;

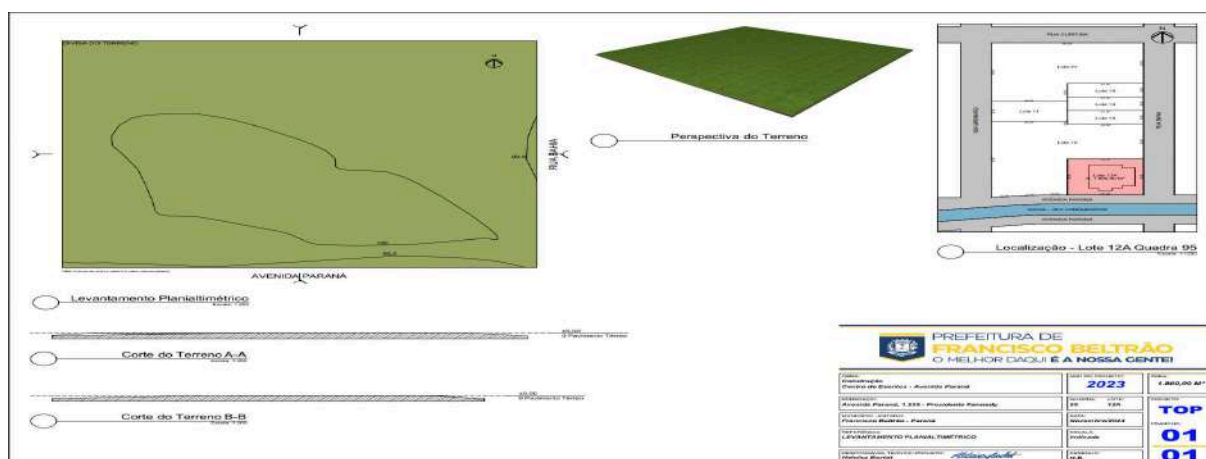
Entre os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 encontra-se o do planejamento. O mesmo Diploma Legal prevê que a primeira etapa do planejamento é o estudo técnico preliminar – ETP. Com isso, cabe a esse estudo orientar a futura contratação.

2. DO OBJETO

O objeto a ser analisado neste ETP é a Contratação de empresa especializada na área de engenharia para Construção de um centro de eventos, com área total de 665,67 M², a ser edificado na Avenida Paraná, no bairro Presidente Kennedy, no Perímetro Urbano do Município de Francisco Beltrão, Paraná, conforme CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, GOVERNO DO PARANÁ. De acordo com os projetos técnicos de engenharia, projetos complementares, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais anexos necessários ao detalhamento da obra.

2.1. Da localização:

A futura edificação será construída no perímetro urbano do Município, em área institucional localizada: A AVENIDA PARANÁ, 1.255 – PRESIDENTE KENNEDY LOCAL: LOTE 12A, QUADRA 95, no MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO – PR.

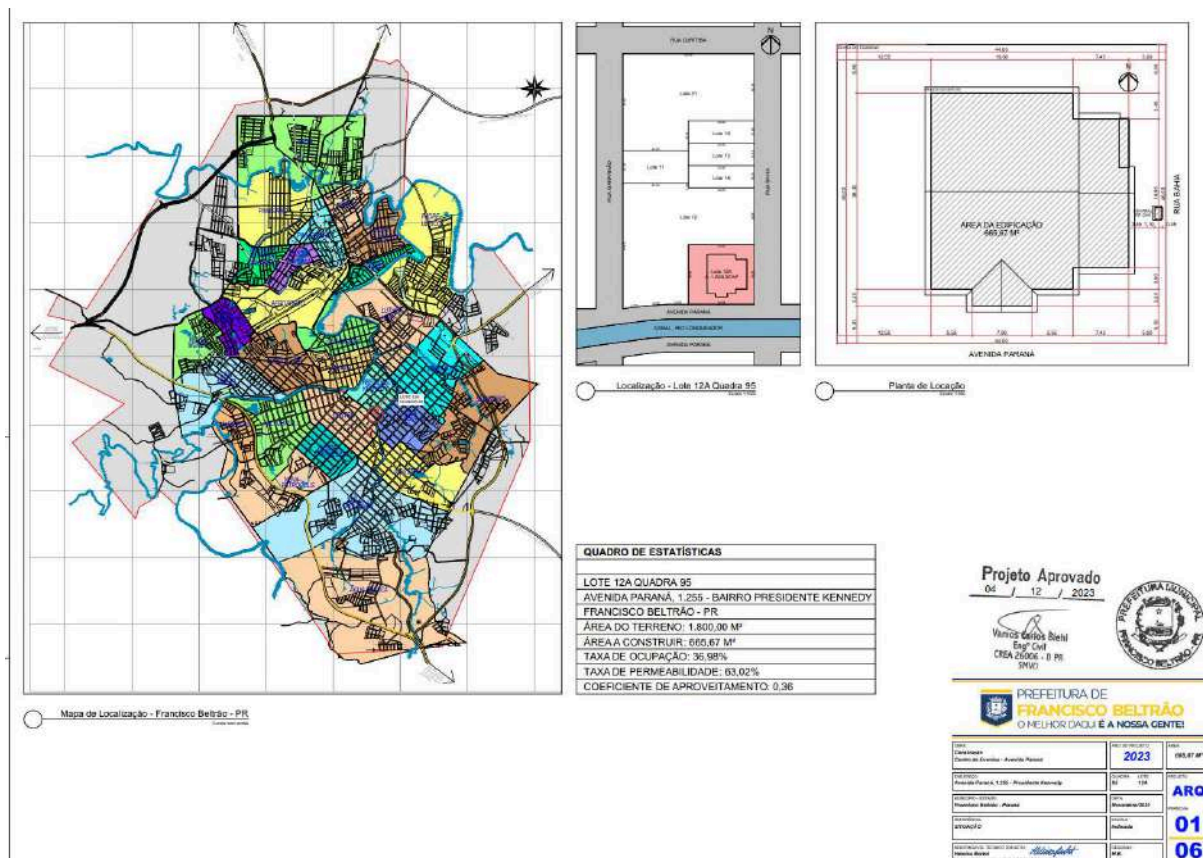


Fonte: Município.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná



Fonte: Município.

2.2. Natureza e finalidade da contratação:

Trata-se de obra de engenharia, tendo como objeto da presente contratação, essa qual implicará na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, de interesse para a Administração, que deverá ser norteada e executada de acordo com projeto, e memoriais descritivos e outros relacionados a este tipo de obra e/ou serviço.

1.3. Da classificação do objeto:

A Lei nº 14.133/2021, define obra como toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, conforme o art. 6º, XII.

Na Lei nº 14.133/2021, no seu Art. 18. [...] § 3º orienta que, em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos. O que não é nosso caso, visto que, a equipe de engenharia, elaborou toda a documentação técnica, projetos, memoriais, necessários à perfeita execução da edificação.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

3.1. Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020, assim como inciso I do art. 35 do Decreto Estadual nº 1.525 de 23/11/2022).

Salienta-se que o presente estudo de viabilidade baseia-se na necessidade do Município em construir um novo centro de eventos, a fim de abrigar os eventos e demais atividades que abrangem a região central do município. A execução do centro de eventos integra um conjunto de ações relativas ao desenvolvimento e implantação de equipamentos de infraestrutura que permite à expansão da atividade do turismo, entretenimento, geração de receita, adequação da acessibilidade, uso público, coletivo, possibilitando melhoria da qualidade de vida da população, conforme destacado no plano de trabalho aprovado pela SECID, e firmado através do CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, GOVERNO DO PARANÁ.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada:

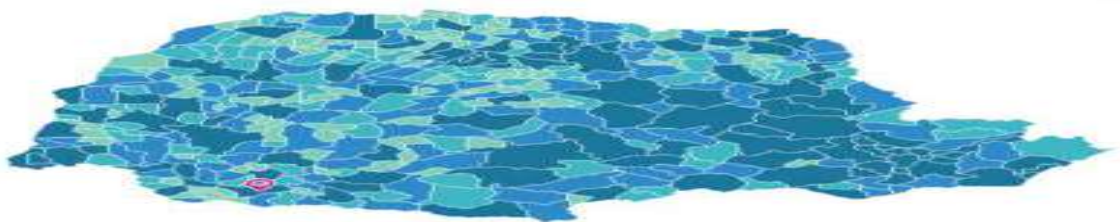
Contratação de empresa especializada na área de engenharia para Construção de um centro de eventos, com área total de 665,67 M², a ser edificado na Avenida Paraná, no bairro Presidente Kennedy, no Perímetro Urbano do Município de Francisco Beltrão, Paraná.

Ao buscar esta iniciativa, a Administração Municipal, visa promover a atender as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, cultural e social da população beltronense. Visando ainda, atender a uma demanda por um espaço do gênero, com localização central, garantindo desta maneira uma infraestrutura adequada, às promoções realizadas nesta região.

3.2. Do Município de Francisco Beltrão:

O Município de Francisco Beltrão possui, conforme estimativa do IBGE/2022, 96.666 (noventa e seis mil e seiscentos e sessenta e seis) habitantes, e está localizado no centro de uma microrregião de 27 municípios, onde também é o maior município é polo de vários serviços, como saúde, educação, segurança e comércio e consequentemente maior gerador de empregos da região. Francisco Beltrão entre os 42 municípios que compõem o sudoeste do Paraná e o de maior destaque. Esse fato se deu devido ao crescimento da população, como demonstrado no último censo (2022), e mantendo o Município como a maior população do sudoeste do Paraná.

População no último censo



FONTE: IBGE



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

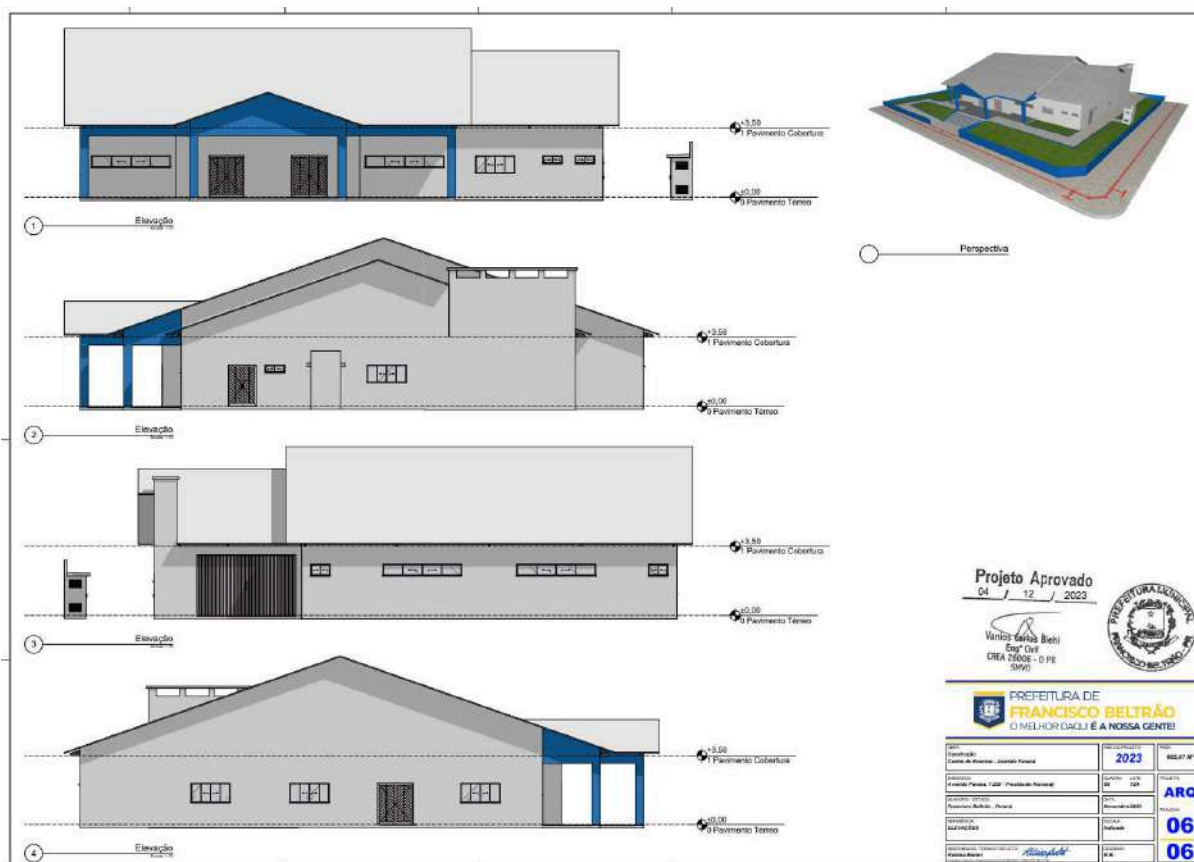


Fonte: Município.

Com base nas informações do IBGE, e segundo o órgão, o Município ultrapassará a marca dos 100 mil habitantes nos próximos anos.

Dessa maneira, é imprescindível que a administração municipal busque investir em obras que atendam as necessidades da população, criando espaços para os mais diversos tipos de encontros, sejam eles corporativos, acadêmicos, culturais e outros.

O espaço também deverá suprir as necessidades de conforto ambiental, ergonomia, conforto térmico/acústico, proporcionando um ambiente agradável aos seus usuários.



Fonte: Município.

Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000 – Caixa Postal 51 – CEP 85601-030

CNPJ 77.816.510/0001-66 / e-mail: licitacao@franciscobeltrao.pr.gov.br – Telefone: (46) 3520-2103

Página 5



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

3.3. Dos objetivos a serem alcançados:

O espaço a ser edificado, visa atender as demandas da sociedade com a realização de eventos corporativos nas mais diversas áreas, trazendo aos usuários um espaço com segurança, estrutura física adequada, acessibilidade, estética arrojada, e principalmente facilidade de acesso devido em especial a sua localização.

3.4. Da equipe de engenharia/arquitetura:

Todo o material técnico (projetos executivos e arquitetônicos, memorial descritivo, planilhas (orçamentárias, quantidades, BDI, cronogramas), foram elaborados pela equipe de engenharia e arquitetura do Município, e equipe da empresa Projetare engenharia Ltda, contratada, sob responsabilidade das técnicas, nomeadas neste estudo, e farão parte integrante do futuro edital.

3.5. Das fases de execução da obra:

O presente convênio deverá seguir as orientações quantos aos prazos de execução da obra, como demonstra a tabela abaixo:

Etapa ou Fase	Especificação	Duração		Valor - R\$
		Início	Fim	
1	ETAPA PRÉVIA À CONTRATAÇÃO	06/06/2024	25/09/2024	R\$ 0,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	05/10/2024	03/05/2025	R\$ 154.932,32
3	MOVIMENTO DE TERRA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS	05/11/2024	30/11/2024	R\$ 2.083,94
4	FUNDACOES	17/11/2024	12/12/2024	R\$ 68.501,16
5	ESTRUTURAS	17/11/2024	12/03/2025	R\$ 284.472,60
6	ALVENARIA, DIVISÓRIAS, MUROS E FECHOS	07/01/2025	23/03/2025	R\$ 273.430,79
7	COBERTURA	18/02/2025	10/03/2025	R\$ 296.317,81
8	ESQUADRIAS, ACESSÓRIOS, VIDROS E ESPELHOS	19/06/2025	29/06/2025	R\$ 142.547,77
9	INSTAL. ELÉTRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO	11/03/2025	15/04/2025	R\$ 87.229,76
10	INSTAL. HIDROSANITÁRIAS, GAS-GLP, INCÊNDIO E APARELHOS	23/03/2025	27/04/2025	R\$ 55.725,68
11	REVESTIMENTOS DE PAREDES E PISOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS	27/03/2025	09/08/2025	R\$ 435.957,80
12	PAVIMENTAÇÃO E CALCAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS	30/06/2025	25/07/2025	R\$ 21.551,12
13	DIVERSOS (LIMPEZA, ENSAIOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS)	26/07/2025	15/08/2025	R\$ 519,22
Total				R\$ 1.823.269,97

Fonte: SECID.

4. REQUISITANTE

O presente ETP foi solicitado por **José Claudiomar Borges**, Secretário Municipal, da **Secretaria de Viação e Obras**, do Município de Francisco Beltrão, PR.

5. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL

Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000 – Caixa Postal 51 – CEP 85601-030

CNPJ 77.816.510/0001-66 / e-mail: licitacao@franciscobeltrao.pr.gov.br – Telefone: (46) 3520-2103

Página 6



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

5.1. Da Fundamentação:

Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anuais, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso II do art. 35 do Decreto Estadual nº 1.525 de 23/11/2022).

Considerando também, o art. 12, VII e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, DECRETO MUNICIPAL N.º 363 DE 10 DE AGOSTO DE 2023, que Estabelece o Plano de Contratações Anual do Município de Francisco Beltrão, justificamos que a contratação em questão não fará parte do rol das contratações futuras e provisionadas por essa entidade, no que couber, visto que o objeto aqui destacado é único, projeto específico.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Fundamentação:

Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020, assim como inciso III do art. 35 do Decreto Estadual nº 1.525 de 23/11/2022).

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

A licitação terá por fundamento legal o regramento disposto na Lei n. 14.133/2021;

Para a presente contratação foi elaborado documentação técnicas e instrutiva com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar os serviços, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar e definir os métodos de execução e demais características.

6.2. Dos requisitos técnicos da contratação:

6.2.1. Esse ETP e documentos elaborados posteriormente trarão as informações necessárias, a saber:

- Definição do local da obra: Foi elaborado pela equipe de engenharia toda a documentação técnica necessária e obrigatória (projetos técnicos, pavimentação, memoriais descritivos, licenças ambientais, planilhas analíticas e sintéticas, Arts e cronogramas;
- Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados: Deverão estar de acordo com as determinações dos projetos, cronogramas, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem disponibilizadas pela equipe de engenharia do Município, junto ao edital da licitação;
- Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e demais recomendações: Destacados e numerados na documentação técnica;

6.2.2. Das exigência mínimas a serem atendidas para a futura contratação:

Da contratada:



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

- Ser empresa especializada em engenharia e deve deter notório conhecimento e experiência nos serviços, objeto da futura contratação;
- Estar devidamente registrada no conselho de engenharia ou arquitetura;
- Possuir capacidade técnica e operacional adequada para a finalidade proposta pelo Município;
- A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo total e exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, mantendo durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Da licitação:

A licitação ocorrerá na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com regime de execução do tipo EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, levando em consideração os valores praticados pelas TABELA DE COMPOSIÇÃO DE VALORES DE SERVIÇOS PADRÃO SINAPI;

Da especificação do objeto:

A Lei nº 14.133/2021, define obra como toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, conforme o art. 6º, XII.

Do julgamento global:

Se justifica em razão da particularidade do objeto, pois os serviços, assim como o fornecimento de material e insumos necessários a sua execução, serão executados em um único local, o que torna mais eficiente e prático que todo a execução seja de responsabilidade de uma mesma empresa contratada, evitando prejuízos na execução, atrasos, custos desnecessários de mobilização e desmobilização de diversas empresas e perda de escala, garantindo assim a proposta mais vantajosa para Administração Pública. A divisão do objeto em um único grupo de itens de características semelhantes visa manter as especificidades dos serviços que envolvem o objeto num todo, bem como a manutenção das características principais dos serviços a serem contratados. Da mesma forma, o julgamento por LOTE ÚNICO, garante economia de escala, o que possibilita a redução de custos operacionais, logísticos e consequentemente a redução de custo final, obtendo-se assim a proposta mais vantajosa para Administração Pública.

Do critério de julgamento por Menor Preço Global:

Objetivando o menor dispêndio para a Administração Pública, incluídos os custos indiretos objetivamente mensuráveis a proposta vencedora será aquela que oferecer o menor preço em relação ao preço global fixado no futuro edital de licitação, margem que deve ser estendida aos eventuais termos aditivos, conforme os arts. 6º, XXXVIII, “e”, e XLI, e 34, caput e §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Como já previsto em outros certames desta administração, o desconto final ofertado pela empresa vencedora, será aplicado individualmente e na mesma proporção sobre o valor máximo aceitável de cada item unitário, referenciados na tabela PADRÃO CAIXA.

Do regime de execução indireta:

Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000 – Caixa Postal 51 – CEP 85601-030

CNPJ 77.816.510/0001-66 / e-mail: licitacao@franciscobeltrao.pr.gov.br – Telefone: (46) 3520-2103

Página 8



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

Se justifica em razão da empresa contratada ser obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Da empreitada por preço unitário referenciados na tabela referencial:

Se justifica em razão de se contratar a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas, como é o caso para o nosso objeto;

Ademais, os pagamentos somente serão efetivamente executados sobre os serviços realizados.

A remuneração do particular é calculada tomando em vista os custos e as despesas individualizadas. Essa solução é adequada para as hipóteses em que a execução do objeto comporta variações previsíveis ou em que a Administração pretende exercer o controle diferenciado sobre a formação do preço exigido pelo particular. Nesse regime, contrata-se a execução de obra ou serviço por preço certo de unidades determinadas. Tem sua utilização recomendada nos casos em que os quantitativos a serem executados não puderem ser definidos com grande precisão.

Da tabela de composição de valores de serviços PADRÃO SINAPI:

Como essa administração já usa as tabelas como referencial de preços nas contratações de obras em geral, e essas contratações têm se mostrados eficientes e eficazes, dessa maneira manteremos elas para precificar a nossa contratação, visto que, traz como referencial os materiais a serem usados mas, também a mão de obra a ser aplicada na execução. Juntamente com as tabelas contendo os valores unitários por tipo de serviços, também disponibilizamos as tabelas de composição padrão SINAPI, para análise dos concorrentes. Embora as empresas do ramo do objeto em questão, todas conhecem detalhadamente as tabelas e suas composições.

Do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06 e Lei 14.133/2021:

O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06, será concedido/aplicado às ME/EPP, desde que atendidos os requisitos da lei e demais ordenamentos jurídicos.

Justificamos que por ser um objeto singular, encontramos dificuldades em localizar possíveis fornecedores que se enquadrem como ME/EPP em nossa região. Dessa maneira o certame se estenderá aos demais aumentando dessa maneira a competitividade no processo.

Ainda, a falta de fornecedores do produto induz a inexistência de, no mínimo, três ME/EPP competitivas capazes de cumprir as exigências estabelecidas para a futura contratação.

Dessa maneira, solicitamos aplicação dos benefícios da Lei Complementar Nº123/06, até o limite da lei, conforme parágrafo da própria lei:

(III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;)

A justificativa visa proteger a Supremacia do Interesse Público, eis que não aplicará a contratação diferenciada quando gerar efeitos negativos tornando-a lesiva para a Administração Pública. Dentre a lesividade vislumbra-se a onerosidade excessiva da licitação ou então prejuízo ao conjunto do objeto licitado, como por exemplo a divisão de cotas em objeto divisível que resulte em prejuízo ou subcontratação que desnature a identidade e funcionalidade do objeto.

Dos recursos:



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

Dos prazo de vigência da contratação e possibilidade de prorrogação:

O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite da lei, com base no Capítulo V, da Lei nº 14.133/2021.

Dos prazos de execução do objeto:

Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 300 (trezentos) dias, conforme cronograma de execução, e emissão de Ordem de Serviço.

Da habilitação:

Somente poderão participar do certame as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto a ser licitado.

Estarem em dias com as obrigações referenciadas abaixo:

Jurídica:

- Para a empresa individual esta deverá apresentar o registro comercial vigente;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando as documentações de eleição de seus administradores;
- No caso de sociedades civis a inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Se tratando de empresa ou sociedade estrangeira decreto de autorização, em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

NOTA: Independente do documento apresentado, o objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto licitado.

Da regularidade fiscal e trabalhista:

- Cartão do CNPJ - Inscrição da licitante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
- Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portaria MF nº 358/14 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14;
- Tributo Estadual - Regularidade da licitante, na data da sessão da concorrência com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- Tributo Municipal - Regularidade da licitante, na data da sessão da concorrência com a Fazenda Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- FGTS - Prova de regularidade da licitante, na data da sessão da concorrência, relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, na data da sessão da concorrência, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

NOTA: Todos os documentos deverão estar dentro do seu prazo de vigência.

Apresentarem a documentação técnica na forma abaixo:

Qualificação técnico-profissional:

- Registro/Certidão de inscrição do profissional indicado como Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;
- Comprovação do RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S) com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura, Indicado(s) ter participado, nesta qualidade de responsável técnico, de obras pertinentes e compatíveis ou superiores à complexidade do objeto da presente licitação, por intermédio de certidão(ões) e/ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU acompanhado(s) pela(s) devida(s) Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) - CAT(s), conforme parcelas especificadas a seguir:
- Os atestados deverão englobar no 01(uma) obra/ serviço semelhante/similar ao objeto do presente edital, quanto à complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas de maior relevância técnica, conforme especificado na tabela abaixo:

Descrição do Serviço	Quantidade a ser licitada (m ²)	Quantidade mínima exigida de Acervo 50% (m ²)
EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS	665,67 M²	332,83 M²
EXECUÇÃO DE ESTRUTURA PARA COBERTURA EM AÇO	665,67 M²	332,83 M²

NOTA: Caso o registro do profissional seja de outro Estado, este deverá providenciar a regularização antes do início da execução dos serviços perante o CREA/PR.

Qualificação técnico-operacional:

- Registro/Certidão de inscrição da EMPRESA no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região da sede da empresa;
- Comprovação pela EMPRESA LICITANTE de possuir Atestados de Capacidade Técnica, em nome da empresa licitante, expedidos por pessoa de direito público ou privado, que demonstrem sua capacidade técnica e experiência prévia na execução de obras pertinentes e compatíveis ou superiores à complexidade do objeto licitado.

Para comprovação dos requisitos caso o atestado/certidão não traga de forma expressa as informações necessárias, a licitante deverá juntar documento hábil a comprovar as informações, a exemplo de:



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

- a) Via autenticada do contrato atestado/certificado;
- b) Via autenticada do edital de licitação a que o atestado/certidão se refere;
- c) Cópia autenticada do termo de medição/recebimento a que o atestado/certidão se refere;
- d) Outros documentos que eventualmente possam demonstrar com precisão maiores especificações das informações a serem averiguadas.

As certidões e/ou atestados deverão fornecer informações necessárias e suficientes para que a Comissão Permanente de Licitações – CPL possa avaliar as experiências requeridas e deverão apresentar:

- a) Nome do contratado e do contratante;
- b) Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- c) Localização;
- d) Prazo de execução;
- a) Descrição dos serviços conforme a descrição dos itens citados anteriormente.

Deverão ainda ser emitidos em nome da própria empresa licitante, não sendo aceitos em nenhuma hipótese certidão(ões) e/ou atestado(s) emitidos em nome de outras empresas (p. ex.: por concessionárias ou sub-concessionárias ou permissionárias em nome de suas componentes, sócios, etc., ou por contratada em nome de suas subcontratadas, sócias, etc.).

Para certidões e/ou atestados de trabalhos realizados em Consórcio ou subempreitada/subcontratação, a licitante deverá apresentar o atestado que demonstre detalhadamente a parte condizente com a sua autoria.

Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- b) Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- c) Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos.

Os atestados deverão englobar no mínimo os serviços relativos à execução de obra/serviço semelhante/similar ao objeto do presente edital, quanto à complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Descrição do Serviço	Quantidade a ser licitada (m ²)	Quantidade mínima exigida de Acervo 50% (m ²)
EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS	665,67 M²	332,83 M²
EXECUÇÃO DE ESTRUTURA PARA COBERTURA EM AÇO	665,67 M²	332,83 M²

NOTA: Caso o registro da licitante seja de outro Estado, o licitante deverá providenciar a regularização antes do início da execução dos serviços perante o CREA/PR.

Deverá ainda, emitir declaração que a empresa atende a CLT relativo à Segurança e Medicina do Trabalho, conforme estabelece a NR 07 da Portaria nº 3214/78, contendo nome dos



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

responsáveis e registro de classe (engenheiro de segurança do trabalho e técnicos de segurança do trabalho).

Deverá ainda, emitir lista de equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços, demonstrando a disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem utilizados quando da execução dos serviços, constando o nome, n.º do RG e assinatura do responsável legal da empresa e o nome, n.º do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sob pena de inabilitação.

Deverá emitir Declaração/atestado de que a empresa realizou a visita ao local da obra e/ou declaração de dispensa de visita técnica;

Qualificação econômico financeira:

A licitante deverá apresentar:

- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, com prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para apresentação do documento;
- Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei (registrado na Junta Comercial ou Speed, conforme regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade), devidamente assinado pelo diretor ou representante legal da empresa e respectivo contador responsável, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme segue:
 1. A apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis é obrigatória para todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários, podendo ser atualizados por índices oficiais quando, encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta;
 2. É vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;
 3. A situação financeira da licitante será verificada a partir dos seguintes índices e parâmetros:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL
(VALOR MAIOR QUE 1)	(VALOR MAIOR QUE 1)	(VALOR MAIOR QUE 1)

4. Comprovação através de seu balanço que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor total estimado da contratação.

Do Seguro garantia:

Para a presente licitação será exigido do contratado o seguro-garantia nos termos da Lei 14.133/2021. Co-responsabilizando as seguradoras a assumir obras interrompidas, concluindo o objeto do contrato, em caso de inadimplemento pelo contratado de acordo com o Capítulo II, da lei 14.133/2021.

Conforme artigo 98, a garantia será de 5% (cinco por cento) do valor contratual.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

Dos serviços:

Em anexo a este estudo segue a documentação técnica elaborada pela equipe de engenharia do Município, sob supervisão e responsabilidade de Heloisa Bortot, Arquiteta e Urbanista, registrada no CAU/BR, son N° A669555.

Área de Vivência

Como regulamenta as normas de segurança e saúde do trabalhador, a contratada deverá às suas custas providenciar espaço destinado ao conforto, bem estar e necessidades dos trabalhadores, durante o período em que estão executando os serviços. Garantindo as condições adequadas como, espaço de alimentação, disponibilidade de água potável, sanitários, entre outros, como determina a norma e legislação do MTE, se assim a obra/serviço o exigir.

7. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. Fundamentação:

Os critérios de sustentabilidade devem ser orientados de acordo com o Art. 18, I, § 1º, XII da Lei 14.133/2021, demonstrando e descrevendo os possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável ao objeto a ser contratado.

Consoante ao art. 6º, XXV, da Lei nº 14.133/2021, quando o objeto a ser contratados for relacionado para obras e serviços de engenharia, entre os elementos exigidos constam os estudos socioambientais, que deverá considerar os seguintes aspectos, se aplicados ao objeto:

- Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos serviços prestados pela contratada;
- Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
- Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

Para o serviço em questão, as principais medidas a serem observadas para mitigar o impacto ambiental, são:

- ➔ Realizar a supressão vegetal somente quando estiver próximo do início das obras de terraplenagem, evitando que o terreno fique exposto aos agentes intempéricos por longo período;
- ➔ No caso da identificação de processos erosivos não passíveis de controle, realizar a contenção e estabilização da erosão;
- ➔ Fazer o controle técnico e proteção do solo estocado, quando houver;
- ➔ Deverão ser implantados dispositivos provisórios de controle de erosão;
- ➔ Durante os trabalhos, devem ser adotadas práticas para evitar acidentes que possam comprometer a cobertura vegetal ou a qualidade dos solos das áreas de entorno, como incêndios, derramamento de óleo e outros;
- ➔ É recomendável, sempre que possível, a execução de limpeza da área de forma manual, entretanto, se for realizada de forma mecanizada, deverá ser feita previamente à



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

- manutenção e regulação dos equipamentos, visando evitar emissão abusiva de ruídos e gases, bem como o derramamento de óleos e graxas;
- Promover a umectação de vias de acessos às frentes de obras com o intuito de minimizar a emissão de material particulado (poeiras) durante as obras e sua deposição sobre áreas de vegetação;
 - Para minimizar os impactos de ruídos e trânsito;
 - Deve-se priorizar a mobilização de equipamentos pesados para a área destinada à implantação do empreendimento em período de pouca movimentação nas rodovias e estradas de acesso, recomendando-se fazê-la em horário de pouco fluxo;
 - Equipar a área do canteiro de obras com sinalização de segurança;
 - Fornecer e cobrar dos operários o correto uso dos EPI's;
 - Dotar os canteiros de obras de kit's de primeiros socorros;
 - Manutenção dos veículos e equipamentos para controle da emissão de ruído;
 - Executar os Programas de Prospeção e de Resgate Arqueológicos (se necessário), segundo as diretrizes da Portaria IPHAN N° 230, de 17 de dezembro de 2002. Tais programas têm como objetivos realizar prospecção de superfície, intensificar a prospecção nas áreas potenciais, estimar a diversidade e grau de preservação dos depósitos culturais, selecionar os sítios relevantes para serem escavados, realizar escavações e salvar as amostras significativas da cultura material. Estas ações serão desenvolvidas principalmente nas intervenções do empreendimento que envolvam a terraplenagem.

Dessa maneira, recomenda-se o acompanhamento técnico dos profissionais da Secretaria Municipal de Viação e Obras de Meio Ambiente, do Município, diariamente, no local de execução dos serviços.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

8.1. Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

8.2. A quantidade estimada, tipo de serviços, precificação, exigência técnicas, licenças obrigatórias, foram elaboradas pelos profissionais técnicos do quadro próprio do Município. Estimativas estas que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

8.3. As planilhas (precificação de valores, BDI, e cronogramas) foram elaboradas pela equipe de engenharia e foram disponibilizadas juntamente ao edital da licitação.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

9.1. Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

9.2. Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000 – Caixa Postal 51 – CEP 85601-030

CNPJ 77.816.510/0001-66 / e-mail: licitacao@franciscobeltrao.pr.gov.br – Telefone: (46) 3520-2103

Página 15



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

- **Concorrência:**

Fundamento legal segundo o regramento disposto no art.2º, inciso VI da Lei n.º 14.133/2021;

- **Julgamento por Menor Preço:**

Diante das possibilidades apresentadas pelo regulamento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço. A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquele de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos

- **Empreitada por Preço Unitário:**

A escolha pelo regime de execução por empreitada por preço unitário cuja execução por este regime permite um melhor controle por parte da fiscalização na realização das medições, visto que as quantidades podem ser mensuradas por unidade de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Dessa forma, esta escolha se torna necessária para melhor mensuração dos valores em possíveis alterações de projeto, evitando ônus ao erário público.

- **Fracionamento do objeto:**

A contratação para a execução dos serviços deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento, com a execução por uma única empresa. A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização dos serviços, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

- **Participação de ME e EPP:**

A participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estará sujeita ao ordenamento da lei.133/2021, e lei 123/2005, e suas alterações.

- **Participação de consórcios:**

Na futura licitação não será admitida a possibilidade de Consórcio, nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, para possibilitar o reforço da capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado. O consórcio ainda enseja a participação de maior número de empresas, possibilitando o aumento na competitividade.

- **Subcontratação:**

Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 25% do orçamento, dos serviços destacados abaixo:

- serviços preliminares e administração da obra, movimento de terra, drenagem e águas pluviais, esquadrias, acessórios, vidros e espelhos, pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos, plantas, diversos (limpeza, ensaios tecnológicos, equipamentos, piso em bloco de concreto); A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

- **Gerenciamento:**

A gestão contratual se dará exclusivamente através da equipe da secretaria requisitante.

- **Fiscalização:**

Ficará sob responsabilidade do corpo técnico do Município, envolvendo as equipes de engenharia civil e ambiental.

9.3. Seleção dos fornecedores:



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

Visando impulsionar o crescimento econômico, a transparência e a justa competição entre as empresas do ramo, esclarecemos que as Empresas interessadas no objeto, e que atendam às exigências técnicas destacadas em edital, terão a oportunidade de participar de licitações de forma mais justa e eficiente, criando um ambiente propício para a inovação e prosperidade.

Por se tratar de um objeto costumeiramente contratado, visualizamos uma grande quantidade de participantes, visto que, somente em nossa região possui diversas empresas aptas a participar do certame e qualificadas para executar os serviços propostos, dentre elas destacamos:

- Serraglio construtora;
- P 4 Construtora;
- Engeon;
- Imponence Construtora;
- Construtora Cone Sul;
- Construtora Projeto;
- Hillesheim Construtora;
- Z 3 construtora;
- Faenello Construtora;
- Maraschin Construtora;
- Tomazoni Construtora;
- Construtora Líder;

Por se tratar de um processo eletrônico, visualizamos uma grande participação e enorme concorrência, devido em especial ao tipo de serviço a ser executado, e também devido ao alto valor estimado.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Fundamentação:

Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, tabelas referenciais, memórias de cálculo e demais documentos que lhe dão suporte, que poderão constar como anexos, em conformidade aos dispostos no inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

10.2. A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados pela equipe de engenharia, com base nos projetos, local da obra e demais requisitos técnicos.

As composições constam nas planilhas orçamentárias e terão como base os documentos técnicos disponibilizados pela equipe de engenharia do Município.

Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, foram elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no valor final de referência da contratação, que deverá compor o futuro Termo de Referência e edital de licitação.

10.3. O valor máximo estimado será de R\$1.823.269,97 (um milhão e oitocentos e vinte e três mil e duzentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos), assim distribuídos:

SECID/PRANACIDADE/GOVERNO DO PARANÁ: O valor de R\$1.600.000,00(um milhão e seiscentos mil reais) os quais correrão à conta da dotação orçamentária F670215451148088 - Desenvolvimento Urbano, Sustentável e de Infraestrutura das Cidades, fonte de Recursos do Tesouro do Estado;

MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO: o valor de R\$223.269,97(duzentos e vinte e três mil e duzentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos), como contrapartida.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

GRANDES ITENS - RESUMO - EDITAL DE LICITAÇÃO				
Município:	FRANCISCO BELTRÃO	SAM	100	
Projeto:	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS	LOTE nº	1	
		TOTAL DA MÃO DE OBRA	TOTAL DO MATERIAL	(R\$) - PM TOTAIS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	87.436,38	87.495,94	154.932,32
2	MOVIMENTO DE TERRA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS	865,95	1.214,89	2.080,84
3	FUNDACOES	8.092,00	60.409,16	68.501,16
4	ESTRUTURAS	39.949,46	184.523,14	224.472,60
5	ALVENARIA, DIVISÓRIAS, MUROS E FECHOS	144.145,03	129.285,76	273.430,79
6	COBERTURA	48.823,68	247.494,73	296.318,41
7	ESQUADRIAS, ACESSÓRIOS, VIDROS E ESPELHOS	46.488,60	96.001,17	142.549,77
8	INSTAL. ELÉTRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO	39.851,58	47.378,18	87.229,76
9	INSTAL. HIDROSANITÁRIAS, GAS-GLP, INCÊNDIO E APARELHOS	11.974,50	43.791,16	55.765,66
10	REVESTIMENTOS DE PAREDES E PISOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS	137.953,26	298.904,52	436.857,78
11	PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS	7.491,81	14.059,31	21.551,12
12	DIVERSOS (LIMPEZA, ENSAIOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS)	308,09	133,13	441,22
TOTAL GERAL		612.559,76	1.210.711,21	1.823.270,97
		33,60%	66,40%	
Experiência:		Quantidade (projeto)	Unid	Quantidade Edital (50%)
Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):				
16/04/2024 - 1º				

FONTE: MUNICÍPIO.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

11.1. Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

O objeto se destina a Contratação de empresa especializada na área de engenharia para Construção de uma edificação em alvenaria para o Novo Centro Dia do Idoso, no Município de Francisco Beltrão – PR, de acordo com os projetos técnicos de engenharia, projetos complementares, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais anexos necessários ao detalhamento da obra.

Toda a obra/serviço deverá seguir rigorosamente a documentação técnica apresentada pelo Município, e como já mencionado, serão disponibilizados na íntegra aos participantes do certame.

12. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO-PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

12.1. Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento dos serviços permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução por parte deste, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica. Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido, gerenciamento otimizado. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas do mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000 – Caixa Postal 51 – CEP 85601-030

CNPJ 77.816.510/0001-66 / e-mail: licitacao@franciscobeltrao.pr.gov.br – Telefone: (46) 3520-2103

Página 18



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

Sendo assim, e pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

13. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Almejamos com o certame selecionar o fornecedor melhor qualificado para a prestação dos serviços e consequentemente a proposta mais vantajosa a essa administração;
Cumprir os prazos pré-estabelecidos para que as obras complementares possam ser iniciadas;
Garantir um controle de qualidade dos serviços prestados;
Monitorar os possíveis impactos ambientais;
Diminuir os riscos, identificar as falhas e corrigi-las com a maior brevidade;

A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços, mantendo-se o padrão de qualidade em todas as etapas necessárias.

Portanto, podemos considerar que os resultados pretendidos são de trazer à população beltronense um referencial na história do Município, marcados pela execução de contenção de cheias, e o marco quanto ao crescimento populacional, atingindo a marca dos 100 mil habitantes.

14. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

14.1. Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- Validação de respectivo estudo técnico preliminar;
- Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);
- Elaboração de planilhas orçamentárias detalhadas, contendo valores totais, unitários, quantitativos e descrição dos serviços;
- Emissão e registro de ARTs necessárias;
- Emissão e validação das licenças necessárias;
- Pareceres contábil com dotação orçamentária;
- Parecer jurídico circunstanciado;
- Parecer final do órgão de controle interno;
- Elaboração de edital da licitação;
- Cumprimento dos prazos legais obrigatórios;
- Habilitação nos termos da lei dos participantes;
- entre outros.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

15.1. Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não existem em andamento nesta administração contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

16. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

16.1. Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

O procedimento para as contratações de interesse público devem buscar sempre a proposta mais vantajosa, trazendo um agrupamento de benefícios, onde, tal conceito vai além do mero ato de obter os menores preços, mas, sim, analisar os benefícios do processo, onde é necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- O emprego apurado dos recursos públicos;
- Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- Uso de insumos ambientalmente sustentáveis, sempre que existir a oferta;
- Remoção e destinação final apropriada dos resíduos gerados pela execução dos serviços;
- Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT, IAT, CONAMA, entre outras;

O art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas serviços e obras efetivamente contratado, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto por essa contratação.

Diante disso, na execução dos serviços deverão a empresa contratada e o Município, observar e cumprir as normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais.

Consoante ao exposto, deverão as equipes técnicas do Município, em especial as da secretaria de Viação e Obras e de Meio Ambiente, acompanhar e fiscalizar toda a execução dos serviços a serem contratados.

17. MAPA DE RISCOS

17.1. Fundamentação: O artigo 6º da Lei 14.133/2021, considera, em seu paragrafo nº XVII - Matriz de Riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

1. a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
2. b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;
3. c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia;

Dessa maneira, a matriz de risco abaixo, procura identificar os principais riscos que permeiam o procedimento de licitação, contendo as ações de controle, prevenção e mitigação de impactos, materializando-se no mapa de risco da contratação, como segue:

17.1.1. Análise de Riscos

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO				
Ordem Sequencial	Risco	Descrição do Impacto	Ação Preventiva	Ação de contingência
1ª	Incorreta identificação da demanda	Instrução processual inadequada	Identificar corretamente os setores responsáveis. Verificar corretamente a demanda. Envolver os setores na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Quando detectado o erro quanto a real necessidade da demanda, parar o processo no estágio em que se encontra e proceder com a retificação dos requisitos técnicos.
2ª	Falta de designação ou de incorreta de responsáveis	Falta de análise dos instrumentos processuais. Falta de verificação da necessidade a ser atendida. Falta de dimensionamento correto do objeto a ser licitado.	Identificar corretamente os setores responsáveis, que devem participar de forma intensiva no processo.	Análise prévia do objeto a ser licitado, direcionando para as equipes corretas.
3ª	Estudos preliminares incorretos.	Instrução processual inadequada. Falha no atendimento das necessidades da área demandante.	Identificar corretamente os setores responsáveis. Solicitar indicação de responsáveis técnicos e demandantes. As indicações deverão ser compostas por	Análise prévia do objeto a ser licitado, direcionando para as equipes responsáveis acompanharem a instrução processual. análise prévia do projeto;



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

			servidores com conhecimento técnico do objeto, de legislação pertinente ao objeto e dos procedimentos da contratação.	aprovação dos órgãos externos em relação aos projetos (corpo de bombeiros, sanepar e copel);
4º	Estimativa inadequada de quantitativo do objeto a ser licitado.	Falha no atendimento das necessidades da área demandante do serviço. Impossibilidade de aditivo contratual (acréscimo ou supressão).	Adequado levantamento das reais necessidades da área demandante do serviço. Envolver setores responsáveis na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Análise de possibilidade de aditivo contratual, levando em consideração a porcentagem estabelecida para acréscimos ou supressões do objeto em questão. Detalhamento dos quantitativos pela equipe técnica;
5º	Fracasso da licitação	Atrasos da execução do objeto; Comprometimento dos prazos; Atrasos nos prazos preestabelecidos nos cronogramas;	Realizar o adequado levantamento das necessidades de execução análise adequada dos valores a serem pagos; Envolver setores responsáveis no processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Formar grupo de trabalho com conhecimento técnico e com experiência necessárias à condução de todo o processo. analisar o mercado do ramo; fazer contato com possíveis fornecedores;
6º	Impugnação do edital	Atraso na contratação da empresa	Elaborar o edital corretamente. Atentar às normas e legislações vigentes ao elaborar o edital. Compatibilizar informações com o Termo de Referência; Objeto claro e referenciado;	análise mútua das equipes envolvidas; revisão do Tr; análise do edital e seus anexos; Revisão dos projetos técnicos;
GESTÃO CONTRATUAL E FASE DE EXECUÇÃO				
Ordem Sequencial	Risco	Descrição do Impacto	Ação Preventiva	Ação de contingência



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

1º	Execução do objeto contratual em desacordo com o Contrato	Falha no atendimento das necessidades do setor requisitante; Solução diversa da proposta nos instrumentos convocatórios. falha na compatibilização entre projetos e obra executada;	Fiscalização diária e mensal a ser realizada pelo Município; Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade.	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades contratuais; Aplicação de advertências; notificação extrajudicial; rescisão contratual; abertura de processo administrativo sancionador; aplicação de Multas e glosas;
2º	Atrasos na execução do contrato ou baixa produtividade	Aumento do custo e demora na entrega da obra; Descontinuidade dos serviços; atraso no cronograma das obras futuras;	Fiscalização intensa no canteiro de obras;	Montar no canteiro de obras, local a ser executados os serviços, base de fiscalização; manter no local em expediente a ser definido responsável técnico, inclusive nos finais de semana e feriados, a fim de manter a fiscalização constante;
3º	Períodos de chuva fora da previsibilidade local	Aumento de custos e atraso no cronograma por caso fortuito ou força maior.	Não há.	Município e empresa devem fazer uma análise das circunstâncias e ações possíveis; Planejamento prévio do serviço a ser executado; Levantamento junto a defesa civil das previsões do tempo; Planejamento por parte da empresa quanto à execução;
4º	Contratação de empresa sem capacidade de executar o contrato; Contratação de empresa sem capacidade financeira compatível com o	Dificuldades na execução contratual, com o não cumprimento adequado do objeto; Abandono do contrato; Inadimplemento com funcionários e fornecedores;	Realizar análise criteriosa da qualificação técnica e econômico-financeira da empresa; Acervo técnico compatível com o objeto; Análise criteriosa da lista de	Avaliar adequadamente a empresa; Solicitar documentos relativos aos pagamentos dos funcionários; Fazer medições e pagamentos constantes, a fim de



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

	valor total da contratação;;		equipamento disponíveis para a execução dos serviços;	dar folga no caixa da empresa;
5º	Falta de pagamento à contratada	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato.	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de desembolso do órgão

Os fatores de risco elencados acima que se caracterizarem como riscos diretos de má execução do objeto, são de responsabilidade da contratada.

Para os caracterizados como administrativos são de responsabilidade do Município, em todas as fases do certame, e da contratação.

Salientamos aqui, que a fim de minimizar os riscos eventuais relacionados à execução do objeto, a Administração Municipal, está prevendo aos custos totais, percentual de BDI - Benefício e Despesas Indiretas a ser determinado e calculado sobre os valores contratuais.

17.1.2. Da matriz de risco para essa obra:

Tipo de Risco	Descrição	Materialização	Mitigação	Alocação
Patrimônio histórico, artístico e cultural	Custos e atrasos associados com descobertas arqueológicas ou outras interferências com patrimônio cultural.	Aumento do prazo e do custo	Administração, por meio do gerenciamento ambiental, deve avaliar áreas de relevância arqueológica, tornando público o estudo.	Município
Licença ambiental /riscos ambientais	Risco de não obtenção das licenças, quando do vencimento ou licenças de canteiro e jazidas.	Atraso no cronograma Aumento dos custos	Administração, por meio do gerenciamento ambiental deve prover todos os estudos, estimando custos.	Administração e Contratada
Documentação técnica	Riscos na Compatibilização dos projetos, planilhas orçamentárias e memoriais.	Atraso no cronograma da obra, Aumento dos custos, paralisações	Administração, por meio da equipe técnica, deverá revisar todos os projetos e memoriais antes da execução;	Município
Execução da obra	Riscos de abandono da obra, paralisação, aditamentos, serviços mal executados, materiais em desacordo com as especificações.	Aumento dos custos, atrasos.	Administração, por meio da equipe técnica de fiscalização deverá acompanhar na íntegra a execução da obra e gerenciamento do contrato	Município
Entrega da obra	Riscos de incompatibilização dos projetos em relação à execução, material em desacordo com o exigido,	Possibilidade de auditoria por parte do MP, TCE, CREA, MTE.	Administração, por meio do gestor e fiscais do contrato, deverão acompanhar, gerenciar e solucionar qualquer problema.	Município (fiscalização); Contratada (executando os reparos e

Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000 – Caixa Postal 51 – CEP 85601-030

CNPJ 77.816.510/0001-66 / e-mail: licitacao@franciscobeltrao.pr.gov.br – Telefone: (46) 3520-2103



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

	serviços mal feitos, falta de pagamentos por parte da empresa.			alterações necessárias).
--	----------------------------------------------------------------	--	--	--------------------------

17.2. Da responsabilidade técnica:

Instituída pela Lei [6.496/77](#), a Anotação da Responsabilidade Técnica define as obrigações e identifica os responsáveis pelo empreendimento em cada área tecnológica. Com isso, o profissional fica vinculado à sua atuação, e a ausência da ART presume o exercício ilegal da profissão, se não houver participação de profissional habilitado ou a eventual irregularidade do profissional, sujeitando-se assim a atuação pelo Conselho.

Da responsabilidade civil do engenheiro:

- Responsabilidade contratual: pelo contrato firmado entre as partes para a execução de um determinado trabalho, sendo fixados os direitos e obrigações de cada uma;
- Responsabilidade pela solidez e segurança da construção: pelo [Código Civil](#) Brasileiro, o profissional responde pela solidez e segurança da obra durante cinco anos; é importante pois, que a data do término da obra seja documentada de forma oficial. Se, entretanto, a obra apresentar problemas de solidez e segurança e, através de perícias, ficar constatado erro do profissional, este será responsabilizado, independente do prazo transcorrido, conforme jurisprudência existente;
- Responsabilidade pelos materiais: a escolha dos materiais a serem empregados na obra ou serviço é da competência exclusiva do profissional. Logo, por medida de precaução, tornou-se habitual fazer a especificação desses materiais através do "Memorial Descritivo", determinando tipo, marca e peculiaridade outras, dentro dos critérios exigíveis de segurança. Quando o material não estiver de acordo, com a especificação, ou dentro dos critérios de segurança, o profissional deve rejeitá-lo, sob pena de responder por qualquer dano futuro;
- Responsabilidade por danos a terceiros: é muito comum na construção civil a constatação de danos a vizinhos, em virtude da vibração de estaqueamentos, fundações, quedas de materiais e outros. Os danos resultantes desses incidentes devem ser reparados, pois cabe ao profissional tomar todas as providências necessárias para que seja preservada a segurança, a saúde e o sossego de terceiros. Cumpre destacar que os prejuízos causados são de responsabilidade do profissional e do proprietário, solidariamente, podendo o lesado acionar tanto um como o outro. A responsabilidade estende-se, também, solidariamente, ao subempreiteiro, naquilo em que for autor ou co-autor da lesão;
- Ainda, deverá observar as previsões legais expressa no Código Civil Brasileiro, Lei Nº14.133/2021, Leis e normas do CONFEA, dentre outras, acerca da responsabilidade pós-contratual, seja da obra, seja dos materiais.

17.3. Termo de entrega e diário de obra:

Itens obrigatórios para obras de engenharia executadas no setor público, com previsão em legislação específica, deverão ser observados todos os critérios técnicos exigidos para ambos, conferidos e arquivados pela equipe de engenharia, assim do recebimento final da obra.

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO À VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

18.1. Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

O presente estudo e a análise técnica de viabilidade para a Contratação de empresa especializada na área de engenharia para Contratação de empresa especializada na área de engenharia para Construção de um centro de eventos, com área total de 665,67 M², a ser edificado na Avenida Paraná, no bairro Presidente Kennedy, no Perímetro Urbano do Município de Francisco Beltrão, Paraná.

Considerando, a assinatura do CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, GOVERNO DO PARANÁ.

Considerando, a elaboração de toda a documentação técnica (projetos, croquis, layout de obra, memoriais, e outros já detalhados neste estudo), pela equipe técnica de engenharia e arquitetura do município, necessários à perfeita execução da obra.

Considerando, as contratações anteriores de serviços semelhantes e de igual teor técnico, executadas por esse Município e acompanhadas pelo corpo técnico de engenheiros, indicam que a contratação, aqui visualizada, apresenta requisitos técnicos, experiência e expertise, contribuindo para o alcance dos resultados pretendidos.

Considerando que o Município não possui equipes em número suficiente, e nem equipamentos para atender a essa demanda.

Desta maneira, e após consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a contratação de empresa especializada na área de engenharia para a Construção de um centro de eventos no perímetro urbano do Município.

Sendo assim, a contratação mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

NELSON VENZO
Elaboração do ETP

Francisco Beltrão, 29 de Abril de 2024.

Documento com oposição a assinaturas eletrônicas/digital, conforme Decreto Municipal Nº189, de 15/02/2022, Lei Federal nº14.063, de 23/09/2020 e Decreto nº 10.543, de 13/11/2020 (alterado pelo Decreto nº 10.900/2021).



Município de Francisco Beltrão

Solicitação 171/2024

Equiplano

Página:1

Solicitação		Emtido em		Quantidade de itens
Número	Tipo			
171	Contratação de Serviço	29/04/2024		1
Solicitante		Processo Gerado		
Código	Nome	Número		
7400-4	JOSE CLAUDIMAR BORGES	0/2024		
Local				
37	Gabinete Secretário Urbanismo			
Órgão				
11	Secretaria Municipal de Viação e Obras			
Forma de pagamento				
Descrição		Tipo		
ATE 30 DIAS APOS A EMISAO DA NOTA FISCAL E ACEITE DA FISCALIZAÇÃO		Depósito bancário		
Entrega				
Local		Prazo		
PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRAO		365 Dias		

Descrição:

CONCORRENCIA ELETRONICA PARA EXECUÇÃO DE OBRA, sendo: Contratação de empresa especializada na área de engenharia para Construção de um Centro de Eventos, com área total de 665,67 M², a ser edificado na Avenida Paraná, no bairro Presidente Kennedy, no Perímetro Urbano do Município de Francisco Beltrão, Paraná, conforme CONVÊNIO N° 294/2024 - SECID-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, GOVERNO DO PARANÁ. De acordo com os projetos técnicos de engenharia, projetos complementares, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais anexos necessários ao detalhamento da obra.

A futura edificação será construída no perímetro urbano do Município, em área institucional Localizada: A AVENIDA PARANÁ, 1.255 - PRESIDENTE KENNEDY, LOTE 12A, QUADRA 95, no MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR.

Justificativa:

De acordo com os levantamentos efetuados no Estudo Técnico Preliminar - ETP, conclui-se que a execução da obra objeto deste Termo de Referência decorre da necessidade do Município em promover a atender as políticas públicas voltadas ao crescimento econômico, cultural e de bem estar social da população beltronense. O projeto a ser edificado baseia-se na necessidade do Município em construir um novo centro de eventos, a fim de abrigar os eventos e demais atividades que abrangem a região central do Município. A execução do centro de eventos integra um conjunto de ações relativas ao desenvolvimento e implantação de equipamentos de infraestrutura que permite à expansão da atividade do turismo, entretenimento, geração de receita, adequação da acessibilidade, uso público, coletivo, possibilitando melhoria da qualidade de vida da população. Conforme destacado no plano de trabalho aprovado pela SECID, e firmado através do CONVÊNIO N° 294/2024 - SECID-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, GOVERNO DO PARANÁ, o projeto é financeiramente viável e atende a o interesse público.

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, projetos técnicos e demais anexos, todos apensados a este Termo de Referência.

A GESTÃO DO CONTRATO ficará a cargo do Secretário Municipal de Viação e Obras, JOSÉ CLAUDIOMAR BORGES, inscrito no CPF/MF nº762.043.089-04, e portador do RG nº5.285.238-2, designada pela através do Decreto Municipal nº131/2019.

A FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA da execução do presente contrato será exercida pelo Servidor CLAUDIO KOZAN, da Secretaria Municipal de Viação e Obras, cujo CPF nº, e-mail: claudio@hotmail.com; Telefone (46)3520-2122.

A FISCALIZAÇÃO TÉCNICA da execução do presente contrato será exercida pela Servidora HELOISA BORTOT, Arquiteta e Urbanista, registrada no CAU/BR, sob N° A669555, da Secretaria Municipal de Viação e Obras, e-mail:Heloisabortot@gmail.com, Telefone (46) 35202122.

Lote					
001 Lote 001					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
091990	EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA - CENTRO DE EVENTOS	SERV	1,00	1.823.269,97	1.823.269,97
Contratação de empresa especializada na área de engenharia para Construção de um Centro de Eventos, com área total de 665,67 M², a ser edificado na Avenida Paraná, no bairro Presidente Kennedy, no Perímetro Urbano do Município de Francisco Beltrão, Paraná, conforme CONVÊNIO N° 294/2024 - SECID-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, GOVERNO DO PARANÁ. De acordo com os projetos					





Município de Francisco Beltrão

Solicitação 171/2024

Equiplano

Página:2

técnicos de engenharia, projetos complementares, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais anexos necessários ao detalhamento da obra.

A futura edificação será construída no perímetro urbano do Município, em área institucional

Localizada: A AVENIDA PARANÁ, 1.255 – PRESIDENTE KENNEDY, LOTE 12A, QUADRA 95, no MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO – PR.

TOTAL 1.823.269,97

TOTAL GERAL 1.823.269,97

Assinado por 1 pessoa: NELSON VENZO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/2689-6A81-9090-C7EC> e informe o código 2689-6A81-9090-C7EC



CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID

TERMO DE CONVÊNIO Nº 294/2024-SECID QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE E O MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Pelo presente instrumento o ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES**, inscrita no CNPJ sob nº 76.416.908/0001-42, com sede na Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 1195 - Ahú - Curitiba-PR, CEP 82540-280, doravante denominada SECID, na condição de CONCEDENTE, neste ato representado pelo Diretor-Geral, VALDOMIRO HRYSAY; o **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituído pela Lei Estadual nº 15.211/2006, inscrito no CNPJ sob nº 01.450.804/0001-55, com sede na Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 1195 - Ahú - Curitiba-PR, CEP 82540-280, doravante denominado PARANACIDADE, na condição de INTERVENIENTE, neste ato representado pelo Superintendente EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO; o Município de FRANCISCO BELTRÃO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 77.816.510/0001-66, doravante denominado MUNICÍPIO, na condição de CONVENIENTE, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) CLEBER FONTANA, considerando o contido no(s) protocolo(s) 21.970.708-8,

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, regido pelas disposições contidas na Lei 14.133 de 01/04/2021, Decreto Estadual 10.086 de 17/01/2022, na Lei Estadual nº 15.608/2007, Lei Estadual nº 19.361/17, Decretos Estaduais nº. 8.622/2013, nº 4.189/2016, nº 3.536/2019 e nº 10.086/2022, Resolução 022/2023-SECID, na Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas alterações posteriores, e na Autorização Governamental exarada em 11/12/2023, constante do protocolo 21.444.561-1, bem como nos demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente CONVÊNIO a CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS..

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As atividades básicas a serem desenvolvidas para a consecução do objeto pactuado serão previstas no Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste CONVÊNIO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Cronogramas de Desembolso constantes dos Planos de

CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID

Trabalho mencionados na presente Cláusula necessariamente não precisam ser seguidos, pois o valor dos repasses é decorrente da efetiva execução do objeto, de acordo com sucessivas medições, no caso de obras e realização de serviços, ou com o recebimento de bens.

CLÁUSULA SEGUNDA – RECURSOS

Para a execução do objeto deste CONVÊNIO, os recursos somam o valor total de 1.823.269,97 (um milhão e oitocentos e vinte e três mil e duzentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos), cabendo ao CONCEDENTE destinar o valor de 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) os quais correrão à conta da dotação orçamentária F670215451148088 - Desenvolvimento Urbano, Sustentável e de Infraestrutura das Cidades, fonte de Recursos do Tesouro do Estado, e ao CONVENIENTE, como forma de contrapartida, destinar o valor de 223.269,97 (duzentos e vinte e três mil e duzentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Durante a execução do objeto deste CONVÊNIO, toda e qualquer despesa excedente deverá ser suportada, preferencialmente pelo CONVENIENTE, na forma de contrapartida municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo redução dos recursos previstos no Convênio, com base nos sucessivos Planos de Trabalho, a redução de valor deverá ser feita na contrapartida do município, desde que respeitada a permanência de uma contrapartida, de, no mínimo 5% do novo valor total.

Após estipulada a contrapartida mínima de 5%, havendo valor excedente, essa redução de valor será aplicada sobre os recursos do Tesouro do Estado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se, após a licitação e a homologação do processo licitatório, houver redução de valor em relação ao último valor total estipulado, a redução deverá ser aplicada sobre a contrapartida do município, desde que respeitada a permanência de uma contrapartida de, no mínimo 5% do novo valor total.

Após estipulada a contrapartida mínima de 5%, havendo valor excedente, essa redução de valor será aplicada sobre os recursos do Tesouro do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA – LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, destinados à execução do objeto deste CONVÊNIO, serão liberados de acordo com a Lei Estadual nº 19.206/2017, Lei Estadual nº 19.361/2017 e com as medições realizadas pelo CONVENIENTE, devidamente aprovadas pelo INTERVENIENTE, de forma proporcional com a contrapartida do município, exceto nos casos enumerados na legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de obras, o valor da última medição não poderá ter percentual inferior ao estabelecido no edital de licitação aprovado pelo INTERVENIENTE.

CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os recursos repassados e a contrapartida financeira deverão ser depositados e movimentados na mesma conta bancária específica, em instituição financeira oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Não havendo instituição financeira oficial na localidade do CONVENIENTE, os valores transferidos e a contrapartida, se houver, poderão ser movimentados em agência bancária local, observada a legislação pertinente.

CLÁUSULA QUARTA – UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

O CONVENIENTE deverá providenciar a abertura de conta bancária específica, em instituição financeira oficial, para a movimentação dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE, na forma da Lei Estadual 19.361/2017, permitindo-se saques somente para pagamento de despesas referentes ao objeto pactuado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos repassados, bem como a contrapartida municipal depositada, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENIENTE na forma da legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito deste CONVÊNIO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, desde que sua previsão de aplicação conste do plano de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será considerado irregular o pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente do tomador dos recursos, ou pelo descumprimento de determinações legais ou conveniais.

PARÁGRAFO QUARTO: Os registros no SIT das movimentações financeiras realizados pelo CONVENIENTE devem coincidir integralmente com os demonstrativos bancários anexados no SIT.

PARÁGRAFO QUINTO: Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste CONVÊNIO, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas realizadas, serão devolvidos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, atualizados monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, ao Tesouro Geral do Estado, através de Guia de Recolhimento, código 5339, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial.

PARÁGRAFO SEXTO: A devolução dos saldos financeiros remanescentes, na forma estabelecida no parágrafo quinto, deverá ocorrer também, obrigatoriamente, nos seguintes casos:

- Quando da não execução do objeto do CONVÊNIO no prazo definido;
- Quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;

CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID

- c. Quando os recursos não forem utilizados adequadamente na finalidade estabelecida deste CONVÊNIO;
- d. Quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho;
- e. Quando houver a execução e aporte de recursos financeiros de forma diversa do exposto no presente ajuste.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Quando da conclusão deste convênio, se houver saldo de recursos de contrapartida municipal, esses poderão ser recolhidos ao Conveniente.

CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO DE DESPESA

As despesas relativas a este CONVÊNIO serão comprovadas por meio de documentos originais próprios, tais como notas fiscais, notas fiscais-faturas, duplicatas, recibos de pagamento, guias de recolhimento de encargos sociais ou tributos, devidamente quitados, em que constem referências ao nome do CONVENIENTE, número deste CONVÊNIO, número do empenho, número do processo, endereço, CNPJ, Município e Estado do fornecedor.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedado ao CONVENIENTE:

- a. Utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste CONVÊNIO, ainda que em caráter de emergência ou em despesas efetuadas em data anterior à sua celebração ou posterior ao seu período de vigência;
- b. Realizar despesas a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar;
- c. Pagar ou acordar o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades das Administrações Públicas Federal, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal.

CLÁUSULA SEXTA – ATRIBUIÇÕES

I – São atribuições do CONCEDENTE:

- a) Publicar o extrato deste CONVÊNIO no Diário Oficial do Estado;
- b) Registrar informações e documentos no Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado, observando o contido nas resoluções e instruções normativas daquele Tribunal;
- c) Autorizar o CONVENIENTE, após a juntada do Plano de Trabalho e da análise e aprovação dos projetos pelo INTERVENIENTE, a licitar a consecução do objeto deste CONVÊNIO;

CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID

- d) Mediante a verificação pelo INTERVENIENTE do processo licitatório, autorizar ao CONVENIENTE a homologação da licitação e a posterior contratação da consecução do objeto deste CONVÊNIO;
- e) Repassar os recursos financeiros destinados à consecução do objeto deste CONVÊNIO após a efetiva execução do objeto com aferição supervisionada pelo INTERVENIENTE, de acordo com sucessivas medições, no caso de obras e realização de serviços ou com o recebimento de bens, nos termos da Lei nº 19.206/2017.
- f) Informar ao INTERVENIENTE a realização do repasse dos recursos ao CONVENIENTE para fins de registro e controle;
- g) Encaminhar a prestação de contas deste CONVÊNIO ao Tribunal de Contas do Estado, por meio do SIT;
- h) Validar o termo de objetivo atingido do presente CONVÊNIO, emitido pelo INTERVENIENTE;
- i) Aplicar as penalidades previstas e proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos quando for o caso.

II – São atribuições do INTERVENIENTE:

- a) Analisar os projetos apresentados pelo CONVENIENTE, preparar editais para a realização do processo licitatório pelo CONVENIENTE, analisar a documentação e preparar a autorização para homologação do processo licitatório e demais funções correlatas;
- b) Responder pela aprovação das medições realizadas pelo CONVENIENTE, bem como pela supervisão da execução do objeto deste CONVÊNIO;
- c) Realizar o registro e controle dos recursos repassados;
- d) Validar o termo de recebimento provisório e definitivo do objeto deste CONVÊNIO, emitido pelo CONVENIENTE;
- e) Emitir o termo de objetivo atingido do presente CONVÊNIO;
- f) Praticar os demais atos necessários ao cumprimento do objeto deste CONVÊNIO, podendo inclusive constituir comissão especial para acompanhamento de sua execução;
- g) Indicar, em ato específico, o fiscal da transferência, dando cumprimento ao contido na Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas alterações posteriores.

III – São atribuições do CONVENIENTE:

- a) Executar diretamente a integralidade do objeto pactuado neste CONVÊNIO;
- b) Assegurar, na sua integralidade, a execução do objeto deste CONVÊNIO, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição, pela

Página 5 de 11

CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID

- população beneficiada, das benesses inerentes ao objeto pactuado, inclusive quando detectados pelo CONCEDENTE;
- c) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes deste CONVÊNIO;
 - d) Suportar, integralmente, toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE;
 - e) Assegurar, mediante previsão orçamentária específica, os valores referentes à contrapartida financeira eventualmente oferecida;
 - f) Promover, se for o caso, os créditos dos recursos financeiros referentes à contrapartida, na conta bancária específica para a consecução do objeto deste CONVÊNIO;
 - g) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, bem como os encargos decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste CONVÊNIO, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento;
 - h) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e, bem assim, do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto deste CONVÊNIO;
 - i) Realizar, sob sua inteira responsabilidade, após a devida autorização do CONCEDENTE, o processo licitatório e a contratação, nos termos da legislação vigente;
 - j) Apresentar informações e documentos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Sistema Integrado de Transferência – SIT, observando o contido nas resoluções e instruções normativas pertinentes;
 - k) Realizar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, elaborando Boletim de Medição dos serviços executados;
 - l) Indicar profissional para o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto deste CONVÊNIO;
 - m) Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive de caráter disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos ou irregularidades na execução deste CONVÊNIO, comunicando a eventual instauração ao CONCEDENTE;
 - n) Informar, mediante declaração por escrito, a inexistência de outro investimento público simultâneo com o mesmo objeto do presente CONVÊNIO;
 - o) Exibir as marcas do Governo do Paraná, da Secretaria de Estado do Governo, do CONVENIENTE e do INTERVENIENTE de acordo com os padrões de identidade visual, fornecidos pelos correspondentes órgãos, após a assinatura do CONVÊNIO, sendo vedado aos partícipes a execução de ações previstas no Plano de Trabalho

CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID

com aplicação das logomarcas institucionais no ano eleitoral, nos 03 (três) meses que antecedem o pleito até o término das eleições (2º turno, se houver), e a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

- p) Efetuar o pagamento à empresa contratada para a execução do objeto deste Convênio, em um prazo máximo de cinco dias úteis após o recebimento dos recursos repassados pelo CONCEDENTE;
- q) Sem prejuízo às demais atribuições, no caso do objeto do convênio ser uma obra, junto à medição da primeira etapa deverão ser encaminhados, no que couber, os seguintes documentos:
1. Comprovante de Garantia Contratual;
 2. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, expedido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, de fiscalização da obra ou serviço;
 3. Matrícula da Obra ou Serviço no INSS, observadas as isenções da Instrução Normativa 209/INSS/DAF;
 4. Alvará de construção.
- r) Sem prejuízo às demais atribuições, no caso do objeto do convênio ser uma obra, junto à medição da última etapa deverão ser encaminhados, no que couber, os seguintes documentos:
1. Termo de recebimento provisório;
 2. CND – Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, referente à matrícula da obra ou serviço.
- s) No caso de insolvência e/ou qualquer outra causa impeditiva da apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal referente à matrícula da obra, o convênio poderá ser encerrado unilateralmente pelo CONCEDENTE, desde que a obra esteja finalizada, cumprindo com o objetivo do convênio, isentando o Estado do Paraná e o INTERVENIENTE de quaisquer ônus, mesmo que o Concedente não tenha efetuado o repasse para pagamento da medição referida na alínea r deste inciso, ficando esse pagamento sob a inteira responsabilidade do CONVENIENTE;
- t) No caso de o objeto do Convênio ser a aquisição de veículos ou equipamentos rodoviários, o CONVENIENTE deverá utilizar o bem, somente após efetuar o seu pagamento;
- u) Em caso da propositura de qualquer demanda judicial envolvendo a execução do objeto deste CONVÊNIO, o CONVENIENTE deverá assumir em juízo toda a

CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID

responsabilidade pela sua fiscalização e contratação, isentando o Estado do Paraná e o INTERVENIENTE de quaisquer ônus;

- v) Preservar todos os documentos originais relacionados ao presente CONVÊNIO, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo após seu julgamento, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná pelo prazo de 10 (dez) anos, devendo ser observadas as regras constantes na Instrução Normativa 61/2011;
- w) Apresentar ao INTERVENIENTE, no caso do objeto deste instrumento relacionar-se às ações de infraestrutura urbana (obras), no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do ato de assinatura deste CONVÊNIO, as informações referentes à responsabilidade técnica do profissional, mediante juntada da ART ou RRT de projeto, com respectivo comprovante de recolhimento da guia respectiva, e cópia da matrícula atualizada do imóvel em nome do município impactado pela ação, quando necessário;
- x) Sem prejuízo das demais atribuições, no caso de obras, e também da utilização de projetos padrão do Banco de Projetos da SECID, o CONVENIENTE deverá assumir os seguintes compromissos:
 - 1. Disponibilizar terreno livre e desembaraçado e apresentar a documentação ao INTERVENIENTE, constando a matrícula atualizada em nome do Município;
 - 2. Elaborar todos os projetos e realizar os serviços de engenharia necessários para implantação da obra no respectivo terreno, com emissão das respectivas ARTs/RRTs dos projetos de arquitetura de implantação, complementares de implantação e orçamento completo, abrangendo o projeto ou Projeto-Padrão e a Implantação, respeitando as boas práticas da engenharia, normas técnicas da ABNT e demais legislações de regência, e apresentar ao INTERVENIENTE, para aprovação;
 - 3. Manter a integridade dos projetos padrão do Banco de Projetos de Edificações, não promovendo alterações ou adequações e respeitando os direitos de seus autores. No caso de intenção de alteração o Município deverá encaminhar consulta formal ao PARANACIDADE, que fará tratativas com os autores do projeto;
 - 4. Providenciar todas as licenças que se fizerem necessárias, bem como aprovações dos projetos junto às concessionárias e órgãos públicos competentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO

É prerrogativa do CONCEDENTE conservar a autoridade normativa e exercer controle, fiscalização e supervisão sobre a execução deste CONVÊNIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONVENIENTE assegurará e adotará as medidas

CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID

necessárias ao livre acesso dos profissionais designados pelo CONCEDENTE e pelo INTERVENIENTE aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos de transferência que se relacionem ao objeto do presente CONVÊNIO, além dos locais de sua execução.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONVENIENTE também assegurará o livre acesso de servidores do sistema de controle interno e externo estadual ao qual esteja subordinado, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA OITAVA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deste CONVÊNIO deverá ser encaminhada pelo CONCEDENTE ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Sistema Integrado de Transferência – SIT, observando o contido nas resoluções e instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

PARÁGRAFO ÚNICO: O CONVENIENTE deverá efetuar a prestação de contas parcial dos recursos repassados, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes, bem como deverá efetuar a prestação de contas ao CONCEDENTE, conforme prazo estabelecido na legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES

O presente CONVÊNIO poderá, devidamente motivado e por mútuo acordo entre os partícipes mediante termo aditivo, ter suas condições alteradas, desde que dentro do prazo de vigência, vedada, ainda que em caráter de emergência, a alteração do objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor do presente CONVÊNIO não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer alguma das seguintes hipóteses, mas sempre dependendo de apresentação pelo CONVENIENTE e aprovação prévia pelo INTERVENIENTE de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas dos valores já transferidos, sendo sempre formalizado por termo aditivo, precedido do respectivo plano de trabalho:

- Se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo;
- Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- Quando necessária a modificação do valor ajustado em decorrência de acréscimo quantitativo de seu objeto;
- Quando ocorrerem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID

CLÁUSULA DÉCIMA – DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente CONVÊNIO poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos partícipes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO: Constituem motivo para a rescisão deste CONVÊNIO, independentemente do instrumento de sua formalização:

- Inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- Utilização de recursos em desacordo com o objeto previsto no Plano de Trabalho;
- Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado ou de irregularidade de natureza grave;
- Falta de apresentação da prestação de contas final ou de prestações de contas parciais;
- A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste CONVÊNIO será de 24 meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

Caberá ao CONCEDENTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do presente CONVÊNIO, no Diário Oficial do Estado, sendo condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DIREITO DE PROPRIEDADE

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção deste CONVÊNIO, que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos são de propriedade do CONVENIENTE, respeitado o disposto na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste CONVÊNIO serão regidos pela legislação aplicável à espécie e, quando possível, de comum acordo entre os partícipes.

CONVÊNIO Nº 294/2024 - SECID

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

Os partícipes elegem o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente CONVÊNIO, que não possam ser resolvidas administrativamente

E por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes firmam o presente CONVÊNIO.

Assinado digitalmente por:

**EDUARDO PIMENTEL
SLAVIERO**
Superintendente do
Paranacidade

VALDOMIRO HRYSAY
Diretor Geral da SECID

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal de
FRANCISCO BELTRÃO

Documento: **CONVENIO2942024FRANCISCOBELTRAO.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Cleber Fontana** em 18/04/2024 17:01.

Inserido ao protocolo **21.970.708-8** por: **Ana Carolina Santolin da Silva** em: 18/04/2024 16:16.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
3acb60ad867ae08ca2f89203310535da.

Livro Nº 2

Matrícula

17.111

Registro Geral

Folha

01



2º OFÍCIO

Registro de Imóveis

Comarca de Francisco Beltrão
ESTADO DO PARANÁ

DATA: 12/02/1.998. LOTE URBANO Nº 12-A (doze-A), subdivisão do lote nº 12, DA QUADRA Nº 95 (noventa e cinco), do Patrimônio de Francisco Beltrão, da Colônia Missões situado nesta Cidade e Comarca de Francisco Beltrão - Estado do Paraná, 2ª CIRCUNSCRIÇÃO, com área de 1.800,00m² (HUM MIL E OITOCENTOS METROS QUADRADOS), conforme alteração cadastral e memorial descritivo, assinado pelo Engenheiro civil Sr. Vanios Carlos Blehl, inscrito no CREA sob nº 26.006-D-PR, e aprovado pela Prefeitura Municipal desta Cidade, tendo o referido lote os seguintes limites e confrontações: **NORDESTE:** por linha seca e reta, medindo 40,00m, confronta com a Rua Bahia. **SUDESTE:** Por linha seca e reta, medindo 45,00m, confronta com a Avenida Paraná; **SUDOESTE:** Por linha seca e reta, medindo 40,00m, confronta com o lote nº 12-(área remanescente) da mesma quadra. **NOROESTE:** Por linha seca e reta, medindo 45,00m, confronta com o lote nº 12-(área remanescente) da mesma quadra. **REGISTRO ANTERIOR:** M-15.718, livro 02, deste 2º Ofício. **PROPRIETÁRIA:** "FUNDAÇÃO DA UNIDADE ROTÁRIA DE FRANCISCO BELTRÃO - FURBE", sediada nesta Cidade à Rua Maranhão, s/n, inscrita no CGC-00.173.238/0001-19. Distribuído sob nº 239/98. O referido é verdade, dou fé. Francisco Beltrão, 12 de FEVEREIRO de 1.998.

DATA: 12/02/1.998. R-1-M-17.111. Doação com Encargos: Nos termos da Escritura Pública de Doação com Encargos, lavrada no 2º Tabelionato de Notas desta Cidade às fls. 19/20/21, livro 144-E, em data de 02 de FEVEREIRO de 1.998., o imóvel constante na presente matrícula foi adquirido pelo donatário o "MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR", pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC-77.816.510/0001-66, neste ato representado pelo seu prefeito em exercício, Sr. Guiomar de Jesus Lopes, brasileiro, casado, portador da CI-RG-646.541-PR, inscrito no CPF-125.462.249-72, residente nesta Cidade, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2649/97, e ainda, em cumprimento ao Artigo 26 do C.C.B., compareceu como assistente o Sr. Promotor de Justiça desta Comarca, Dr. Alberto Luiz Cassou, brasileiro, casado, promotor de justiça, portador da CI-RG-589.483-PR e CPF-016.141.269-68, residente nesta Cidade, por DOAÇÃO feita pela FUNDAÇÃO DA UNIDADE ROTÁRIA DE FRANCISCO BELTRÃO - FURBE, já qualificada acima, neste ato representada pelo seu presidente em exercício, Sr. Edson Luiz Montemezzo, brasileiro, solteiro, advogado, portador da CI-RG-1.422.056-PR e CPF-402.441.729-00, devidamente autorizado pelo Conselho de Curadores, conforme Ata nº 21 de 29/10/97, Valor atribuído: R\$ 27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS). **ENCARGOS:** Construção e instalação da USINA DE CONHECIMENTO, com prazo de 60 dias para o início e 180 dias para a conclusão das obras, contados a partir da publicação da Lei Municipal nº 2649/97, salvo casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados. E nos mesmos prazos estabelecidos, no lote nº 12-

continua no verso

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO-PR
Certifico que o Selo de Autenticidade foi
afixado na última parte deste documento
composto por mais de uma página.

Registro de Imóveis
2º OFÍCIO
DIRCEU CARNEIRO
OFICIAL
Comarca de Fco. Beltrão

Livro Nº 2

Matrícula
17.111

Registro Geral

Folha
01 vº



2º OFÍCIO

Comarca de Francisco Beltrão
ESTADO DO PARANÁ

R-1-M-., remanescente da quadra 95, de propriedade da outorgada doadora, os seguintes melhoramentos: a) - aterramento de toda a área no mesmo nível da Rua Santo Fregonense; b) - construção de um campo de futebol sulco com área de 32mx55m, com iluminação de acordo com o projeto elétrico; c) ajardinamento do mesmo imóvel, conforme projeto a ser elaborado pela Prefeitura Municipal e aprovado pela Fundação; d) - viabilização de terreno para implantação do projeto de Reciclagem de Lixo da Associação de Senhoras de Rotarianos. Foram apresentadas a certidão Negativa de Débito CND do INSS nº 339880, de 18.12.97, Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais emitida em 19.12.97, Certificado de Regularidade de situação junto ao FGTS sob nº 1958436, emitido em 17.12.97. **OUTRAS CONDIÇÕES:** as constantes na escritura. Distribuído sob nº 239/98. O referido é verdade, dou fé. Francisco Beltrão, 12 de FEVEREIRO de 1.998.

C.4.12.00VRC

DATA:12/02/1.998. R-2-M-17.111. Doação com Sub-rogação de Encargos: Nos termos da Escritura Pública de Doação com Sub-rogação de Encargos, lavrada no 2º Tabelionato de Notas desta Cidade, às fls. 22/23, livro 144-E, em data de 02 de FEVEREIRO de 1.998., o imóvel constante na presente matrícula foi adquirido pelo **DONATÁRIO "INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANÁ - FUNDEPAR"**, autarquia com sede na Rua do Funcionário, nº 1323, Bairro Juveve, na Cidade de Curitiba, inscrita no CGC-76.592.468/0001-84, neste ato representado por seu procurador Sr. Itacir Ismael Spiller, brasileiro, casado, comerciante, portador da CI-RG-1.094.916-PR e CPF-198.470.259-91, residente nesta Cidade, conforme mandado lavrado no Cartório Distrital do Bacacheri, na cidade de Curitiba-PR, às fls. 142, livro 215-P, aos 19/01/98, registrado sob nº 5.203, livro 25-R, por DOAÇÃO feita pelo **MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC-77.816.510/0001-66, neste ato representado pelo seu prefeito em exercício, Sr. Guiomar de Jesus Lopes, brasileiro, casado, portador da CI-RG-646.541-PR, inscrito no CPF-125.462.249-72, residente nesta Cidade, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2649/97, avaliado pela Prefeitura local em R\$27.000.000,00(VINTE E SETE MIL REAIS), neste ato comparece como anuente, em virtude da Sub-rogação de encargos, compareceu a **FUNDAÇÃO DA UNIDADE ROTÁRIA DE FRANCISCO BELTRÃO - FURBE**, já qualificada acima, neste ato representada pelo seu presidente em exercício, Sr. Edson Luiz Montemezzo, brasileiro, solteiro, advogado, portador da CI-RG-1.422.056-PR e CPF-402.441.729-00, devidamente autorizado pelo Conselho de Curadores, conforme Ata nº 21 de 29/10/97. **SUBROGAÇÃO DE ENCARGOS:** Construção e instalação da **USINA DE CONHENCIMENTO**, com prazo de 60 dias para o início e 180 dias para a conclusão das obras, contados a partir da publicação.

continua fls. 02

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO-PR
Certifico que o Selo de Autenticidade foi afixado na última parte deste documento composto por mais de uma página.

Registro de Imóveis
2º OFÍCIO
DIRCEU CARNEIRO
OFICIAL
Comarca de Fco. Beltrão

Livro Nº 2

Registro Geral

Matrícula
17.111

Folha
02



2º OFÍCIO

Registro de Imóveis

Comarca de Francisco Beltrão
ESTADO DO PARANÁ

R-2-M., de Lei Municipal no 2649/97, salvo casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados. Foram apresentadas a certidão Negativa de Débito CND do INSS sob nº 339951, emitida em 30.12.97, e protestaram os contratantes, sob suas responsabilidades, pela não apresentação das demais certidões. **OUTRAS CONDIÇÕES:** as constantes na escritura. Distribuído sob nº 240/98. O referido é verdade, dou fé. Francisco Beltrão, 12 de FEVEREIRO de 1.998.

C:4.312,00VRC

DATA:25/09/2013. AV-03-M-17.111. Protocolo nº.67.147. INCORPORAÇÃO. Proceda-se esta averbação, conforme Ofício nº.143/2013, formulado em 17 de setembro de 2013, para constar que o imóvel desta matrícula, foi **INCORPORADO AO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ**, mediante a Lei nº.15.604/07, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, no dia 31 de janeiro de 2007. Sem ônus para o Estado, conforme previsto na Lei nº.15.604/07, em seu art.10, parágrafo 1. O referido é verdade e dou fé. Francisco Beltrão, 25 de SETEMBRO de 2013.

Custas: NIHIL

R-4-17.111. Protocolo nº 76.489 - 04/01/2018. DOAÇÃO: Nos termos da Escritura Pública de Doação, lavrada no 1º Tabelionato de Notas desta cidade e Comarca de Francisco Beltrão-PR, às fls. 093 à 097, livro 535-N, em data de 21 de DEZEMBRO de 2.017., para constar que o imóvel desta matrícula foi adquirido pelo **MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 77.816.510/0001-66, com sede, administrativa na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1000, na cidade de Francisco Beltrão - PR, no ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **CLEBER FONTANA**, brasileiro, casado, administrador, portador da CLRG nº 7.211.713-1-SSP/PR, devidamente inscrito no CPF sob o nº 020.762.969-21, residente e domiciliado na Rua Vereador Romeu Lauro Werlang, nº 1500, na cidade de Francisco Beltrão - PR, por **DOAÇÃO** feita pelo doador **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 76.416.940/0001-28, com sede administrativa na Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Centro Cívico, na cidade de Curitiba - PR, neste ato representado por seu mandatário, o Sr. **JOCEANDRO TONIAL**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da CLRG nº 6.075.879-4-SSP/PR, devidamente inscrito no CPF sob o nº 017.059.609-52, residente e domiciliado na Rua Ibioporã, nº 913, apto nº 302, Centro, na cidade de Pato Branco - PR, conforme procuração pública lavrada no Serviço Distrital de Roça Grande, Município de Colombo - PR, no Livro nº 44-P, às fls. 015/016 e substabelecimento de procuração, lavrada no Serviço Distrital de Roça Grande, Município de Colombo - PR, no Livro 4-P5,

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO-PR
Certifico que o Selo de Autenticidade foi afixado na última parte deste documento composto por mais de uma página.

Registro de Imóveis
2º OFÍCIO
DIRCEU CARNEIRO
OFICIAL
Comarca de Fco. Beltrão

Livro Nº 2

Matrícula
17.111

Registro Geral

Folha
02vº



2º OFÍCIO

Comarca de Francisco Beltrão
ESTADO DO PARANÁ

às fls. 142/144, confirmados via mensageiro no dia 15/12/2017, às 15h59min, cujas certidões atualizadas ficam arquivadas no 1º Tabelionato de notas, às fls. 250/256, do arquivo nº 57 de procurações oriundas de outras serventias, pelo preço de R\$1.840.000,00(UM MILHÃO, OITOCENTOS E QUARENTA MIL REAIS). O imposto sobre transmissão causa mortis e de doação de quaisquer bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITCMD) deixa de ser recolhido em virtude da imunidade prevista no Art. 4º inciso I, da Instrução SEFA ITCMD nº 009/2010, publicada no diário Oficial nº 8378, de 06/01/2011. O Funrejus deixa de ser recolhido em virtude da isenção prevista no art. 3º, inciso VII, alínea b, item 19, da lei estadual nº 12.216/1998, foi apresentado o Termo de Doação de Imóvel sob nº 1/2017, CND Municipal nº 27118/2017, Dispensa a apresentação da Certidão de feitos ajuizados conforme lei nº 7.433/1985 regulamentada pelo decreto nº 93.240/86, Certidão Positiva com efeito de Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união e abrange inclusive as contribuições sociais sob nº A093.13FD. 325C.90B8, Certidão Negativa de Indisponibilidade de Bens sob nº 7e3.700b.d13e.68b5.7265.4961.a154.0b00.78c1.a59f.48f8.bc36.b3a2.7493.7f86.33e5.3854.7805.758f.d64e, Certidão da Receita estadual sob nº 017431785-42. OUTRAS CONDIÇÕES: As constantes na escritura. Subscrito por Caroline Silva dos Santos (auxiliar). O referido é verdade e dou fé. Francisco Beltrão, 16 de JANEIRO de 2.018.

C: 4.312,00 VRC - R\$832,22

<p>Serviço de Registro de Imóveis - 2º Ofício R. Ponta Grossa, 1.777 - Sala 62 - Fone: (45)3035-4732 85.601-600 - Francisco Beltrão - PR</p> <p>AUTENTICAÇÃO Certifico que o presente é cópia fiel do documento arquivado neste cartório. Dou fé 12 de dezembro de 2023</p> <p>Leticia Fernanda Vargas - Auxiliar Certidão fornecida nos termos do 1º do Art. 19 da Lei 6.015 de 31/12/73 alterada pela Lei 6.216 de 30/06/76</p>

<p>FUNARPEN</p> <p>SELO DE FISCALIZAÇÃO SFRI2.q5Cnv.cfPb a-hqCG5.F483q https://selo.funarpen.com.br</p>

Registro de Imóveis
2º OFÍCIO
DIRCEU CARNEIRO
OFICIAL
Comarca de Fco. Beltrão

PLANO DE TRABALHO
E-PROTÓCOLO 21.970.708-8

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade proponente (Tomador) FRANCISCO BELTRÃO			C.N.P.J/M.F 77.816.510/0001-66	
Nome do Prefeito CLEBER FONTANA				
Endereço RUA OCTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, 1000 - CX. POSTAL 51		U.F. PR	CEP 85600-000	Telefone 46-3520-2121

2. CONCEDENTE

Nome			C.N.P.J/M.F	
Secretaria de Estado das Cidades			76.416.908/0001-42	
Endereço		E-mail		
Rua Eurípides Garcez do Nascimento, 1195 - 2º andar, Ahú		secid@secid.pr.gov.br		
Cidade	U.F.	CEP	Telefone	
CURITIBA	PR	80540-280	(41) 3250-7244	

OUTROS PARTÍCIPES

Nome			C.N.P.J/M.F	
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE			01.450.804/0001-55	
Endereço		E-mail		
Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 1195 - 3º andar, Ahú		paranacidade@paranacidade.org.br		
Cidade	U.F.	CEP	Telefone	
CURITIBA	PR	80540-280	(41) 3350-3300	

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto INFRAESTRUTURA / CENTRO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Período de Execução 05/10/2024 - 14/10/2025
Descrição do Projeto CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS. Quantidade 666 M2 Justificativa da Proposição O presente projeto prevê a construção de um centro de eventos no Município de Francisco Beltrão. O município está localizado no centro da Mesorregião do Sudoeste do Paraná, é um dos poucos municípios do Sudoeste que tem mantido taxas positivas de crescimento demográfico ao longo das últimas duas décadas. De acordo com o Censo IBGE 2022, conta com 96.666 habitantes. A execução do centro de eventos integra um conjunto de ações relativas ao desenvolvimento e implantação de equipamentos de infraestrutura que permite à expansão da atividade do turismo, entretenimento, geração de receita, adequação da acessibilidade, uso público, coletivo, possibilitando melhoria da qualidade de vida da população.	



4. ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Etapa ou Fase	Especificação	Duração		Valor - R\$
		Início	Fim	
1	ETAPA PRÉVIA À CONTRATAÇÃO	06/06/2024	25/09/2024	R\$ 0,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	05/10/2024	03/05/2025	R\$ 154.932,32
3	MOVIMENTO DE TERRA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS	05/11/2024	30/11/2024	R\$ 2.083,94
4	FUNDACOES	17/11/2024	12/12/2024	R\$ 68.501,16
5	ESTRUTURAS	17/11/2024	12/03/2025	R\$ 284.472,60
6	ALVENARIA, DIVISÓRIAS, MUROS E FECHOS	07/01/2025	23/03/2025	R\$ 273.430,79
7	COBERTURA	18/02/2025	10/03/2025	R\$ 296.317,81
8	ESQUADRIAS, ACESSORIOS, VIDROS E ESPELHOS	19/06/2025	29/06/2025	R\$ 142.547,77
9	INSTAL. ELETRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO	11/03/2025	15/04/2025	R\$ 87.229,76
10	INSTAL. HIDROSANITÁRIAS, GAS-GLP, INCÊNDIO E APARELHOS	23/03/2025	27/04/2025	R\$ 55.725,68
11	REVESTIMENTOS DE PAREDES E PISOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS	27/03/2025	09/08/2025	R\$ 435.957,80
12	PAVIMENTACAO E CALCAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS	30/06/2025	25/07/2025	R\$ 21.551,12
13	DIVERSOS (LIMPEZA,ENSAIOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS)	26/07/2025	15/08/2025	R\$ 519,22
Total				R\$ 1.823.269,97

5. PLANO DE APLICAÇÃO

Dotação Orçamentária			Valor - Em R\$1,00	
Código Dotação Orçamentária	Código de Aplicação	Especificação	Contrapartida proponente	Transferência Voluntária
F670215451148088444042	311	Outras obras e Instalações	R\$ 223.269,97	R\$ 1.600.000,00



6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE DESEMBOLSO

Parcela	Meta	Mês/Ano	Repassse Concedente em R\$1,00	Contrapartida Proponente R\$1,00
1	Execução de até 7,27 %	12/2024	R\$ 116.382,02	R\$ 16.240,05
2	Execução de até 16,05 %	01/2025	R\$ 140.380,91	R\$ 19.589,29
3	Execução de até 23,16 %	01/2025	R\$ 113.810,03	R\$ 15.881,51
4	Execução de até 24,96 %	02/2025	R\$ 28.708,28	R\$ 4.006,07
5	Execução de até 32,33 %	03/2025	R\$ 118.046,22	R\$ 16.472,64
6	Execução de até 39,63 %	03/2025	R\$ 116.822,58	R\$ 16.301,89
7	Execução de até 55,96 %	04/2025	R\$ 261.255,56	R\$ 36.456,64
8	Execução de até 58,08 %	05/2025	R\$ 33.845,43	R\$ 4.722,93
9	Execução de até 61,81 %	05/2025	R\$ 59.757,18	R\$ 8.338,75
10	Execução de até 65,47 %	06/2025	R\$ 58.533,54	R\$ 8.168,00
11	Execução de até 71,22 %	07/2025	R\$ 91.928,78	R\$ 12.828,11
12	Execução de até 73,20 %	07/2025	R\$ 31.753,49	R\$ 4.431,01
13	Execução de até 83,75 %	08/2025	R\$ 168.766,14	R\$ 23.550,30
14	Execução de até 90,70 %	08/2025	R\$ 111.253,32	R\$ 15.524,72
15	Execução de até 100,00 %	09/2025	R\$ 148.756,52	R\$ 20.758,06
			Subtotal	R\$ 1.823.269,97

O Cronograma de Desembolso deste Plano de Trabalho é estimativo.
O valor dos repasses é decorrente da efetiva execução do objeto, de acordo com sucessivas medições, no caso de obra, ou com o recebimento de bens.

7. DECLARAÇÃO (PROPONENTE)

Na qualidade de representante do proponente DECLARO para fins de prova junto ao CONCEDENTE e sob todos efeitos e as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Federal, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado ou da União, na forma deste Plano de Trabalho.

O município compromete-se a arcar com a contrapartida necessária à execução do objeto.

Plano de trabalho em acordo com o orçamento pré-aprovado.

Análise por: Gildete Cristina Bonetti Vescovi

CLEBER FONTANA - Prefeito Municipal de FRANCISCO BELTRÃO

Aprovado por: VALDOMIRO HRYSAY - Diretor Geral da SECID



Documento: **PlanodeTrabalho.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Cleber Fontana** em 17/04/2024 10:59.

Inserido ao protocolo **21.970.708-8** por: **Cleber Fontana** em: 17/04/2024 10:59.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
e1408a5d8029b5105f45ccf623396df7.

OBRA: CENTRO DE EVENTOS – AVENIDA PARANÁ

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO.

ÁREA: 665,67 METROS QUADRADOS

ENDEREÇO: AVENIDA PARANÁ, 1.255 – PRESIDENTE KENNEDY

LOCAL: LOTE 12A, QUADRA 95

MUNICÍPIO: FRANCISCO BELTRÃO – PR

1.0 – OBJETO E CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

O presente documento tem por objetivo descrever e especificar os serviços a executar na construção do Centro de Eventos localizado na Avenida Paraná, número 1.255, no bairro Presidente Kennedy, em Francisco Beltrão, com área útil construída de 665,67 metros quadrados, edificação composta por área coberta compreendendo o acesso coberto, salão para eventos, instalações sanitárias coletivas masculina e feminina, instalações sanitárias acessíveis masculina e feminina, circulação, copa, instalações sanitárias masculina e feminina, depósito de material de limpeza, cozinha e área da churrasqueira.

O presente Memorial complementa e faz parte integrante do Projeto Arquitetônico, sendo que, caso exista qualquer divergência entre este projeto básico, complementares, memoriais e/ou orçamento, prevalecerão os primeiros, ou a critério do autor do projeto e da fiscalização.

Todos os serviços deverão ser executados de acordo com este memorial e as especificações que seguem, dentro das boas técnicas e práticas de construção e **obedecendo aos desenhos e detalhes dos Projetos Arquitetônico e Complementares**, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Técnicas Brasileiras específicas vigentes, aplicando-se material de primeira qualidade, sendo que a aceitação de qualquer material e/ou serviço ficará a critério da fiscalização, podendo esta, inclusive, solicitar ensaios específicos para serviço e/ou materiais.

As especificações técnicas constantes deste Memorial que não constam no Projeto deverão ser encaminhadas pela empresa **CONTRATADA** (firma empreiteira) para apreciação e parecer da **CONTRATANTE**.

Competirá à empreiteira, sem custos para a **CONTRATANTE**, fornecer todo o ferramental, equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletivos (EPCs), instalação provisória, maquinário e aparelhamento adequado à mais perfeita execução dos serviços contratados, tais como barraco de obra, depósito de materiais etc., bem como, durante a obra deverá ser feita periódica remoção de todo entulho do local.

Qualquer dúvida na especificação, caso algum material tenha saído de linha durante a execução da obra ou caso se pretenda fazer qualquer alteração ou opção pelo uso de algum material equivalente, consultar o autor do Projeto Arquitetônico, a fim de que a obra mantenha o mesmo padrão de qualidade, evitando retrabalhos, em todas as etapas da obra.

2.0 – NORMAS GERAIS:

A – Os procedimentos de execução da obra são ditados pelos Projetos e especificações subseqüentes, sob a orientação da fiscalização da obra, sendo que os serviços não executados corretamente deverão ser demolidos e reconstruídos por conta exclusiva do executor, o qual deverá entregar a obra acabada, limpa e com todas as instalações em perfeito funcionamento; os materiais que não obedecerem às especificações deverão ser substituídos, sem ônus adicional ao contratante.

B – Para todos os materiais a seguir especificados, somente serão aceitos produtos rigorosamente equivalentes em qualidade e preço, mediante consulta.

C – Todos os Projetos, especificações e orçamentos deverão ser confrontados para elaboração da proposta, sem o que a proponente vencedora não terá direito a receber adicional contratual.

D – A firma empreiteira será responsável pela guarda e vigilância dos materiais e equipamentos da obra.

E – A firma empreiteira deverá manter o pessoal da obra dimensionado para atender o Cronograma de Execução de obra e tecnicamente qualificado para execução dos serviços. Caso a fiscalização ache necessária a admissão e/ou afastamento de qualquer funcionário para melhorar o desempenho da obra, a firma empreiteira deverá atender tal solicitação prontamente.

F – Os turnos de trabalho anormais, em domingos, feriados ou períodos noturnos, deverão ser comunicados com antecedência mínima de 24 horas, para que a fiscalização de obras acompanhe os serviços nestes períodos, sem ônus ao Município.

3.0 – SERVIÇOS / INSTALAÇÕES INICIAIS / PERMANENTES:

3.1 – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E PROJETOS:

A **CONTRATADA** emitirá e quitará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA-PR, referente à execução da obra, entregará a **CONTRATANTE** a 2ª via e manterá no local da obra a 3ª via da mesma, à disposição da fiscalização, juntamente com uma cópia do conjunto de documentos e projetos, objetos da licitação.

3.2 – BARRACO DE OBRA / DEPÓSITO DE MATERIAIS:

A **CONTRATADA** construirá, por sua própria conta e conforme a necessidade, barraco de obra e depósito de materiais adicionais, removendo-os ao final.

3.3 – LIGAÇÕES PROVISÓRIAS:

A **CONTRATADA** deverá proceder a todas as ligações provisórias de água e energia para os serviços a serem executados no canteiro da obra de tal forma que não venham a prejudicar a implantação dos demais serviços. Deverão ser previstas as extensões dos serviços públicos que se fizerem necessários.

3.4 – CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA:

Estarão a cargo da **CONTRATADA** todos os consumos decorrentes das instalações e usos para a construção.

3.5 – LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA OBRA:

A **CONTRATADA** deverá manter a obra permanentemente limpa, em condições de visita constante, sem sobras ou entulhos no canteiro da obra, sob sua inteira responsabilidade e ônus.

3.6 – PLACAS DE OBRA:

Será de responsabilidade da **CONTRATADA** a colocação de todas as placas exigidas e necessárias para a identificação da obra e dos serviços. As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas e proporções e demais orientações contidas no gerador de placas web disponível no site do Paraná Cidade que poderá ser acessado através do endereço eletrônico:

<https://paranainterativo.pr.gov.br/placas/index.html>

As placas deverão ser confeccionadas em chapas planas, metálicas galvanizadas ou de madeira compensada impermeabilizada, em material resistente as intempéries. As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao material plástico, pela sua durabilidade e qualidade. Com dimensões mínimas de 2,00 por 4,00 metros.

3.7 – VIGILÂNCIA DA OBRA:

À **CONTRATADA** caberá manter um esquema permanente de vigilância da obra, sob sua inteira responsabilidade e ônus, submetendo esses esquemas a aprovação da **CONTRATANTE**.

4.0 – PREPARO DO TERRENO:

4.1 – REGULARIZAÇÃO DO TERRENO:

Os serviços de regularização deverão ser executados de acordo com as indicações constantes no projeto arquitetônico (níveis). Como o terreno a ser edificado é plano, não haverá a necessidade de movimentação de terra, somente deverá ser realizada a limpeza do terreno para início das obras.

4.2 – DRENAGEM PROVISÓRIA:

A fim de facilitar a execução dos serviços deverão ser feitas drenagens provisórias de superfície, promovendo o escoamento das águas de superfície e pluviais que venham a prejudicar o andamento dos serviços, esse serviço será realizado pela prefeitura municipal.

4.3 – LOCAÇÃO DA OBRA:

A obra será locada com trena de aço, em tábuas perfeitamente niveladas, no contorno de toda obra e passivas de verificação.

A **CONTRATADA** será responsável pelo estabelecimento de todos os marcos e levantamentos necessários e pelo fornecimento de gabaritos, equipamentos, materiais e mão-de-obra requerida pelos trabalhos de locação e controle, inclusive com serviços de topografia.

5.0 – MOVIMENTO DE TERRA:

5.1 - ESCAVAÇÃO MECÂNICA

A escavação compreende a remoção dos diferentes tipos de solo, desde a superfície natural do terreno, até a cota especificada no projeto. Os equipamentos a serem utilizados deverão ser adequados ao tipo de escavação. A escavação mecânica de valas com profundidade além de 4,00 metros deverá ser feita com retroescavadeira ou escavadeira hidráulica.

Ao iniciar a escavação, deverá ter sido feito a pesquisa de interferências, para que não sejam danificados quaisquer tubos, caixas, cabos, postes ou outros elementos ou estruturas existentes que estejam na área atingida pela escavação ou próxima a esta.

Quando a escavação tiver atingido a cota indicada no projeto, serão feitas a regularização e a limpeza do fundo da vala.

5.2 - SOLO COMPACTADO

O reaterro de valas e demais escavações, principalmente quando para sustentação de cargas que possam ocasionar recalques indesejáveis, deverá ser feito em camadas de no máximo 20 cm, sofrendo apiloamento forte até que não mais ocorra redução no volume de terra. Poderão ser utilizados "macacos" ou adensadores mecânicos ("sapos") de acordo com a disponibilidade.

5.3 - ESCAVAÇÕES MANUAIS

Serão executadas quando o volume de terra a deslocar seja compatível com a capacidade da mão-de-obra disponível em serviço.

5.4 - TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO DE TERRA

Serão executados com os meios adequados e de acordo com o volume de terra e escavado, obedecendo regras de segurança e racionalização dos trabalhos.

6.0 – FUNDAÇÕES / INFRAESTRUTURA:

A obra possui infraestrutura em concreto armado, **devendo-se seguir o Projeto Estrutural.**

6.1 – ESTACAS E BLOCOS:

As estacas e blocos serão executadas em concreto armado, de acordo com o Projeto Estrutural.

6.2 – BALDRAME:

As vigas de baldrame deverão ser executadas de acordo com o Projeto Estrutural e as normas NB-1 e NB-4.

7.0 – ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO:

A obra possui estrutura em concreto armado, **devendo-se seguir o Projeto Estrutural.**

7.1 – FORMAS:

Todas as formas deverão ser de chapa compensada resinada, perfeitamente gravateadas e escoradas. Devem ser estanques para que o concreto não perca a água de amassamento. O escoramento deve ser executado com caibros de 3" x 3", sendo admissível bracing ou similares, com diâmetro não inferior a 15 cm na parte mais fina. Todas as formas deverão ser vistoriadas e liberadas pela fiscalização para o início da concretagem. A fiscalização deverá confrontar as medidas de Projeto Estrutural com as executadas, verificar prumo e nível de formas.

7.2 – ARMADURA:

A fiscalização deverá verificar a procedência do aço na construção e observar que os mesmos não apresentem alto grau de oxidação.

A contratada deverá executar a armadura (ferragem) de acordo com o Projeto Estrutural específico e assentá-la com espaçadores sobre as formas, de maneira que haja recobrimento mínimo da mesma, conforme recomenda a respectiva norma e projeto, bem como deverão ser obedecidos os comprimentos de ancoragem, esperas e embutidas as tubulações/instalações previstas nos respectivos projetos complementares, todos os itens sujeitos a verificação prévia pela fiscalização para liberação da concretagem.

7.3 – CONCRETO:

A **CONTRATADA** poderá usar concreto usinado, desde que seja fornecido por concreteira idônea e atenda as normas da ABNT. O concreto será bombeado. Para o

concreto usado na obra, a **CONTRATADA** deverá apresentar a dosagem prevista, tipo de betoneira a ser usada, tamanhos de padiola para areia e brita e quantidade de água a ser aplicada. A qualquer momento e sem aviso prévio a **CONTRATANTE** poderá exigir a moldagem de corpos de prova, devendo os mesmos ser executados por empresas especializadas e contratadas pela mesma firma **CONTRATADA**, sem ônus à Prefeitura Municipal. O concreto deverá ser dosado racionalmente de modo a assegurar, após a cura, as resistências previstas no Projeto Estrutural (25 MPa para fundações e 30 MPa para os demais elementos estruturais).

7.4 – PILARES, VIGAS:

Os pilares de sustentação da cobertura e das paredes de alvenaria, bem como as vigas serão em concreto armado, com **fck=30MPa**, conforme definições dos Projetos Arquitetônico e Estrutural.

7.5 – VERGA E CONTRA-VERGA:

Será executada verga em todas as janelas e portas e contraverga nas janelas conforme projeto arquitetônico e planilha de orçamento.

As vergas e contravergas deverão ser armadas, com altura mínima de 10 cm, e comprimento mínimo conforme a fórmula a seguir:

$$(\text{largura do vão} / 2,5) + \text{largura do vão} = \text{comprimento da verga/contraverga}$$

8.0 – COBERTURA:

8.1 – COBERTURA COM ESTRUTURA METÁLICA:

A cobertura será executada conforme especificações do Projeto Arquitetônico e de Estrutura Metálica, assim como o memorial específico do Projeto de Estrutura Metálica, com telhas metálicas termoacústica do tipo galvalume com isolamento termoacústico em espuma rígida de poliuretano (pu) injetado, espessura de 30 mm, densidade de 35 kg/m³, revestimento em telha trapezoidal em uma face com espessura de 0,50 mm, acabamento natural.

As telhas serão fixadas à estrutura metálica da cobertura, aparafusadas, com inclinação de 35%, observando-se a orientação técnica do fabricante para a instalação da cobertura.

Deverá ocorrer o perfeito recobrimento e transpasse entre uma telha e outra e vedação das fixações para evitar qualquer infiltração.

9.0 – IMPERMEABILIZAÇÕES E ISOLAÇÕES:

9.1 – VIGAS DE BALDRAME:

Após a execução e retirada das formas das vigas de baldrame, deverá ser feita pintura com tinta betuminosa na face superior e faces laterais, antes de iniciada a construção das alvenarias.

10.0 – PISOS E REVESTIMENTOS:

10.1 – LASTRO DE BRITA

Após a execução das cintas e blocos, será executado o lastro de brita com 5 cm de espessura. Os lastros serão executados somente depois que o terreno estiver perfeitamente nivelado, molhado e convenientemente apiloado, devendo o agregado gráudo ser esparramado sobre o leito preparado e nivelado de solo compactado, em camada de espessura uniforme, sendo posteriormente apiloado por meio de soquetes, formando um lastro de pedra britada com 5 cm de espessura final.

10.2 – PISO DE CONCRETO:

Sobre o lastro de pedra britada será executado um piso em concreto armado com 08 cm de espessura.

Para a execução do piso após a finalização da compactação do lastro de brita deverá ser estendida uma lona plástica com espessura de 200 micras, sobre a qual será distribuída a tela de aço soldada, CA-60, Q-196, diâmetro do fio de 5,0 mm e espaçamento da malha de 10 x 10 cm, devendo a malha estar apoiada por espaçadores para a adequada distribuição do concreto. Para a concretagem do piso deverá se utilizar concreto usinado, com classe de resistência C20, após o lançamento o concreto deverá ser espalhado e nivelado usando ferramentas como régua vibratórias para garantir uma superfície uniforme. Proceder o alisamento da superfície do concreto manualmente com uma colher de pedreiro ou mecanicamente com uma máquina de acabamento.

Serão previamente colocadas juntas de dilatação plásticas ou de ripas de madeira impermeabilizadas a fim de controlar o craqueamento do concreto, as juntas terão espaçamento formando quadros de no máximo 04 metros quadrados, sendo sua maior dimensão igual ou inferior a 02 metros, ou igual à modulação do piso final, sendo concretados quadros intercalados, e retiradas as ripas formando juntas secas.

10.3 – PISO CIMENTO QUEIMADO:

Após a execução do piso de concreto armado, deverá ser realizada a queima do concreto para se obter o acabamento liso e polido da superfície. Para isso deverá ser aplicada uma camada fina de mistura de cimento, areia e água sobre o piso preparado, espalhando uniformemente usando uma régua de alumínio ou desempenadeira de aço para alisar a superfície.

Obedecer a um intervalo de 24 horas sem qualquer tráfego. Lavagem com bomba de pressão e após a retirada completa de todo material solto e deixar secar. Deverá ser executado nos ambientes indicados no projeto arquitetônico (acesso coberto, salão de eventos, palco e área da churrasqueira).

10.4 – PISO CERÂMICO

Utilizado em todos os ambientes indicados no projeto arquitetônico (instalações sanitárias coletivas masculina e feminina, instalações sanitárias acessíveis masculina e feminina, circulação, copa, instalações sanitárias masculina e feminina, depósito de material de limpeza e cozinha) o piso revestido com cerâmica esmaltada antiderrapante (característica exigida, mesmo sem presença de umidade), em placas de 35x35 cm, PEI 5, em cor clara a ser aprovada pela fiscalização, com absorção de água entre 0,5% e 3,0%, resistente à produtos químicos, assentado com argamassa colante.

Para preparação da base, verificar se a base está curada há mais de 14 dias, limpa, seca e plana e que tenham sido efetuadas todas as retrações próprias do cimento e estabilizadas as possíveis fissuras, e, se necessário, nivelá-la.

Na aplicação, utilizar espaçadores entre peças para manter seus alinhamentos e respeitando a inclinações para os respectivos ralos, indicados no Projeto Hidrossanitário.

Todas as juntas deverão receber acabamento em rejunte acrílico, em cor similar a cor do revestimento cerâmico, deve estar perfeitamente alinhada e de espessuras uniforme. Deixar as juntas entre peças de no mínimo 02 mm, observando sempre as indicações do fabricante.

Não será tolerado o assentamento de peças rachadas, emendadas, com retoques visíveis de massa, com veios capazes de comprometer seu aspecto, durabilidade e resistência ou com quaisquer outros defeitos.

Caberá a Contratada minimizar ao máximo as variações de tamanho e tonalidade especificadas em relação às cores existentes buscando sua aproximação evitando assim caracterizar diferentes cores no piso.

10.5 – PAVIMENTAÇÃO DE ACESSO

Será executada uma calçada de acesso em bloco intertravado (tipo paver), com espessura de 4cm, na cor cinza natural e piso podotátil de acordo com as especificações da NBR 9050:2020 da ABNT e conforme projeto arquitetônico.

11.0 – FECHAMENTOS, REVESTIMENTOS, ESQUADRIAS, VIDROS:

11.1 – FECHAMENTOS:

Os painéis de alvenaria serão erguidos em bloco cerâmico furado, com dimensão de 14x19x19 cm para as alvenarias de 15 cm, devendo obedecer às recomendações das normas técnicas, serem sonoros e bem cozidos, assentados a prumo de uma vez. Recomenda-se o uso de argamassa no traço 1:4 (cimento e areia), com juntas amarradas

de 01 cm de espessura, obtendo-se ao final, parede com 15 cm de espessura de acordo com o projeto arquitetônico.

Para levantar a parede, deve iniciar-se preferencialmente a partir de elementos estruturais (pilares), ou qualquer outro elemento da edificação. Nesse caso, deve-se chapiscar o elemento que ficará em contato com a alvenaria. Deve-se primar pela verticalidade e pela horizontalidade dos painéis, utilizando-se guia na execução do serviço. As fiadas deverão ser individualmente niveladas e aprumadas com a utilização de nível de bolha e prumo. Os tijolos deverão ser cuidadosamente molhados, imediatamente antes de seu emprego.

No encontro com as vigas superiores ou lajes, os tijolos deverão ser assentados, após 48 horas da conclusão da alvenaria básica, com vedação expansiva.

11.2 – REVESTIMENTO DOS FECHAMENTOS:

o CHAPISCO

As alvenarias da edificação e demais superfícies serão inicialmente protegidas com aplicação de chapisco, homogeneamente distribuído por toda a área considerada. Serão chapiscados as paredes (internas e externas) por todo o seu pé-direito.

Inicialmente o chapisco deverá ser aplicado com argamassa preparada mecanicamente em canteiro, na composição 1:4 (cimento: areia grossa), com 0,5 cm de espessura.

o EMBOÇO PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA

Após a cura do chapisco (no mínimo 24 horas) será aplicado emboço em argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia média) com espessura de 2 cm.

A Contratada deverá preparar mecanicamente a argamassa, a fim de obter mistura homogênea e conferir as desejadas características desse revestimento: trabalhabilidade, capacidade de aderência, capacidade de absorção de deformações, restrição ao aparecimento de fissuras, resistência mecânica e durabilidade.

A aplicação na base chapiscada será feita em chapadas com colher ou desempenadeira de madeira, até a espessura prescrita. Quando do início da cura, sarrafeiar com régua de alumínio, e cobrir todas as falhas.

o MASSA ÚNICA PARA RECEBIMENTO DE PINTURA

Após a cura do chapisco (no mínimo 24 horas) será aplicada a massa única em argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia média) com espessura de 2 cm.

A Contratada deverá preparar mecanicamente a argamassa, a fim de obter mistura homogênea e conferir as desejadas características desse revestimento: trabalhabilidade, capacidade de aderência, capacidade de absorção de deformações, restrição ao aparecimento de fissuras, resistência mecânica e durabilidade.

A aplicação na base chapiscada será feita em chapadas com colher ou desempenadeira de madeira, até a espessura prescrita. Quando do início da cura, sarrafear com régua de alumínio, e cobrir todas as falhas. A final, o acabamento será feito com esponja densa.

o REVESTIMENTO CERÂMICO – PAREDES INTERNAS

As instalações sanitárias coletivas masculina e feminina, instalações sanitárias acessíveis masculina e feminina, instalações sanitárias masculina e feminina, depósito de material de limpeza e cozinha serão revestidos do piso ao teto, sobre a camada de emboço, com placas cerâmicas, com dimensões de 25x35 cm, retificado, brilhante, em cor clara a ser aprovada pela fiscalização, de primeira qualidade (Classe A), apresentando esmalte liso, vitrificação homogênea e coloração uniforme, dureza e sonoridade características e resistência suficientes, totalmente isentos de qualquer imperfeição, assentadas com argamassa colante, com rejunte acrílico, em cor similar a cor do revestimento cerâmico, deve estar perfeitamente alinhada e de espessuras uniforme.

Deixar as juntas entre peças de no mínimo 02 mm, observando sempre as indicações do fabricante.

Não será tolerado o assentamento de peças rachadas, emendadas, com retoques visíveis de massa, com veios capazes de comprometer seu aspecto, durabilidade e resistência ou com quaisquer outros defeitos.

Caberá a Contratada minimizar ao máximo as variações de tamanho e tonalidade especificadas em relação às cores existentes buscando sua aproximação evitando assim caracterizar diferentes cores no piso.

11.3 – ESQUADRIAS, FECHADURAS E VIDROS:

Conforme indicado no projeto arquitetônico e orçamento, as janelas serão em alumínio anodizado natural ou branco e as portas de alumínio anodizado na cor natural ou brancas, os vidros incolores com espessura de 04 mm, com perfil em alumínio instaladas nos locais, características, dimensões, materiais indicados em projeto e no quadro de esquadrias.

O acabamento das superfícies dos perfis de alumínio será caracterizado pelas definições dos projetos arquitetônicos e que sejam fabricadas com ligas de alumínio que apresentem bom aspecto decorativo, inércia química e resistência mecânica.

A execução será esmerada, evitando-se por todas as formas e meios, emendas nas peças e nos encontros dos montantes verticais e horizontais. Terá vedação perfeita contra ventos e chuvas.

Os materiais a serem empregados deverão ser de boa qualidade, novos, limpos, perfeitamente desempenados e sem nenhum defeito de fabricação ou falhas de laminação com acabamento superficial uniforme, isento de riscos, manchas, faixas, atritos ou outros defeitos.

Os quadros serão perfeitamente esquadriados, tendo os ângulos soldados bem esmerilhados ou limados, permanecendo sem rebarbas ou saliências de soldas. As esquadrias não serão jamais forçadas nos rasgos porventura fora de esquadro, ou de escassas dimensões. Haverá especial cuidado para que as armações não sofram distorções quando aparafusadas aos chumbadores.

As barras e os perfis serão extrudados e as roldanas, fechos, recolhedores, escovas de vedação, guarnições, comandos, alças e demais acessórios deverão ser de primeira qualidade proporcionando funcionamento preciso, suave e silencioso ao conjunto por longo tempo.

Para execução das esquadrias, deverão ser feitos preliminarmente os levantamentos e medições no local para conferi-las nos projetos, posteriormente, assentar as esquadrias nos vãos e locais indicados, observando prumo e nível das mesmas, bem como pelo seu perfeito funcionamento.

Todas as esquadrias de alumínio (utilizadas nas divisórias dos sanitários) deverão possuir trincos para fechamento interno do tipo livre/ocupado, de 1ª linha.

As portas de alumínio terão conjunto de fechadura tipo alavanca, em aço, cromada.

Nas esquadrias especificadas a utilização de vidro, empregar vidro temperado, incolor e nos tamanhos e recortes indicados na tabela de esquadrias.

11.4 – PINGADEIRAS

As pingadeiras deverão ser em granito cinza, polido e impermeabilizado, com espessura mínima de 02 cm, transpassando no mínimo 02 cm para cada lado da dimensão dos vãos.

12.0 – INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES:

12.1 – HIDROSSANITÁRIAS

Obedecerão rigorosamente ao respectivo Projeto e Orçamento, com louças e metais sanitários de primeira qualidade, sendo os vasos sanitários com assentos e os lavatórios sem colunas, com barras promovendo a acessibilidade, conforme NBR 9050:2020 da ABNT.

12.2 – ELÉTRICAS, TELEFÔNICAS E ALARME:

Obedecerão rigorosamente ao respectivo Projeto, Memorial e Orçamento.

12.3 – PREVENÇÃO DE INCÊNDIO:

Obedecerão rigorosamente ao respectivo Projeto, Memorial e Orçamento.

13.0 – PINTURAS:

o PINTURA INTERNA

Todos os ambientes internos, com exceção dos que receberão revestimento cerâmico, receberão pintura acrílica acetinada na cor branco conforme detalhes em projeto e de acordo com a indicação da fiscalização.

A tinta utilizada deverá ser livre de solventes e odor, atendendo as normas de sustentabilidade vigentes.

As superfícies a pintar serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinam. A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos até que as tintas sequem inteiramente.

As superfícies receberão no mínimo duas demãos, sendo que, cada demão de tinta somente poderá ser aplicada depois de obedecido a um intervalo de 24 (vinte e quatro) horas entre demãos sucessivas, possibilitando, assim, a perfeita secagem de cada uma delas.

Serão adotadas precauções especiais e proteções, tais como o uso de fitas adesivas de PVC e lonas plásticas, no sentido de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura.

As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas nas proporções recomendadas. As camadas deverão ser uniformes, sem escorrimento, falhas ou marcas de pincéis.

o PINTURA EXTERNA

Todos os ambientes externos receberão pintura com tinta acrílica fosca nas cores branco e azul conforme detalhes em projeto e de acordo com a indicação da fiscalização.

A tinta utilizada deverá ser livre de solventes e odor, atendendo as normas de sustentabilidade vigentes.

As superfícies a pintar serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinam. A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos até que as tintas sequem inteiramente.

As superfícies receberão no mínimo duas demãos de tinta, sendo que, cada demão de tinta somente poderá ser aplicada depois de obedecido a um intervalo de 24 (vinte e quatro) horas entre demãos sucessivas, possibilitando, assim, a perfeita secagem de cada uma delas.

Serão adotadas precauções especiais e proteções, tais como o uso de fitas adesivas de PVC e lonas plásticas, no sentido de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura.

As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas nas proporções recomendadas. As camadas deverão ser uniformes, sem escorrimento, falhas ou marcas de pincéis.

14.0 – SERVIÇOS FINAIS / ENTREGA DA OBRA:

A obra deverá ser entregue com os pisos, paredes, revestimentos, pinturas, esquadrias, vidros, coberturas, instalações e aparelhos devidamente limpos, o terreno livre de entulhos e outros materiais e com todas as instalações em perfeito e seguro funcionamento.

Francisco Beltrão, 04 de dezembro de 2023.



HELOISA BORTOT

Arquiteta Urbanista CAU A66.955-5

PLANILHA DE SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021

Município:	FRANCISCO BELTRÃO	SAM	100												
Projeto:	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS	Tabula de referência: SNAPJ de SETEMBRO/2023 - sem desmembrar	LDTE nº												
Local de Obra:	CENTRO		1												
Forma de Contratação:	PAB														
		Data Base de aprovação do Orçamento (Decreto 10.856/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):	16/04/2024 - 1a												
CODIGO	ORÇEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UD	MÃO DE OBRA	MATERIAL	PREÇO UNIT. SEM BD	PREÇO UNIT. COM BD	QUANTIDADE	PREÇO UNIT. MÃO DE OBRA COM BD	PREÇO UNIT. MATERIAL COM BD	PREÇO UNITARIO COM BD	VALOR DA MÃO DE OBRA	VALOR DO MATERIAL	TOTAL ITEM (R\$)	TOTAL GLOBAL (R\$) - 1ª
												67.458,38	67.498,94	154.932,32	154.932,32
1.1		SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA													
1.1.2		SERVIÇOS PRELIMINARES													
90509	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALITADAS A 2,00m - 2 UTILIZADORES. AF 02/2018	M	30,15	55,79	65,94	79,35	109,79	38,28	43,07	79,35	3.983,18	4.728,85	8.711,84	
1.2		ADMINISTRAÇÃO E CANTO DE OBRA													
1.2.1		ADMINISTRAÇÃO DE OBRA													
91849	SINAPI	FECHAMENTO E CONSTRUÇÃO PROVISÓRIAS	M2	19,25	108,20	127,45	153,37	246,24	23,17	130,20	153,37	5.705,38	32.080,45	37.786,83	
1.2.2		BARRIACA DE OBRA													
COMPOSIÇÃO 44298	ORSE	ALUGUEL DE CONTÊINER, ALMOXARFADO SEM BANHEIRO - 6,00 X 2,40M	MES	-	1.143,76	1.143,76	1.376,40	18,60	-	1.376,40	1.376,40	13.764,00	13.764,00		
1.2.3		PLACA DE IDENTIFICAÇÃO - LITERINO													
COMPOSIÇÃO 00591	ORSE	PLACA DE OBRA - 4,00 X 2,00 M. EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INCLUSIVE ARMAÇÃO EM MADEIRA E ACABAMENTO POR TINTO. REQUERIDA 03 ML LARG. DE 13 M X 2,5 M. EM SOLO DE 1ª CATEGORIA LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 02/2021	LN	365,20	2.395,76	2.706,96	3.322,54	1,60	439,48	2.883,06	3.322,54	439,48	2.883,06	3.322,54	
x		SERVIÇOS EXTRAS - SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA													
REF. ITEM 100584	SINAPI	CAIXA, MANÓBRIA E DESCARGA DE ENTALHO EM C/MAQUINADO BASCULANTE 18 MP - CARCAÇA COM PROVADEIRA HORIZONTAL - CARGA DE 1,50 MT - 1 UTILIZADOR E EQUIPAMENTO LÍQUIDO. AF 07/2020	M3	1,07	7,91	8,88	10,16	468,00	1,21	8,95	10,16	554,18	4.098,10	4.652,28	
1.3	COMPOSIÇÃO	DEMOLIÇÃO DA OBRA EXISTENTE - 102,87 M3	M3	48.716,45	24.147,08	70.863,53	80.167,91	1.900	62.890,32	27.517,59	80.167,91	62.890,32	27.517,59	80.167,91	
1.4	COMPOSIÇÃO	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA, TRAFEGO, COM CAIXA DE SOBRESSOR, CABO DE 50 MM2 E ISOLAMENTO EM 20m INCLUSIVE 0,05 DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	2.308,23	1.644,89	3.951,17	4.489,96	1.900	2.608,09	1.880,87	4.489,96	2.608,09	1.880,87	4.489,96	
1.5	COMPOSIÇÃO	ENTRADA DE ÁGUA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	810,95	23,17	833,52	942,96	1,60	916,75	25,21	942,96	916,75	25,21	942,96	
1.6	COMPOSIÇÃO	LIMPEZA MECÂNICA E REGULARIZAÇÃO DE TERRENO	M2	6,19	6,37	6,56	6,63	1.800,00	0,21	6,42	6,63	376,00	736,00	1.134,00	
2.1		MOVIMENTO DE TERRA, REVENDEZ E ÁGUAS PLUVIAIS													
2.1.1		MOVIMENTO DE TERRA													
2.1.2		ESCAVAÇÃO MECÂNICA													
3001	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MEDIA MONTEANTE E 0,50M MONTEANTE) POR TRENCH, REQUERIDA 03 ML LARG. DE 13 M X 2,5 M. EM SOLO DE 1ª CATEGORIA LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 02/2021	M3	1,69	4,88	6,54	7,87	77,45	2,00	5,87	7,87	154,90	454,63	609,53	
2.1.6		REATERIO MECANIZADO													
93375	SINAPI	REATERIO MECANIZADO DE VALA COM RETROSCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CANGARUA DA RETRO: 0,28 M3, POTÊNCIA: 80 HP, LARGURA DE 0,9 X 1,5 M, PROFUNDIDADE: ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 02/2018	M3	11,02	11,73	22,75	27,38	63,69	13,36	14,12	27,38	714,05	702,38	1.476,41	
3		FUNDACOES													
10068	SINAPI	ESTACA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO, SEÇÃO QUADRADA, CAPACIDADE DE 25 TONELADAS, INCLUSIVE BENEF	M	14,13	105,48	119,59	143,91	476,00	17,00	126,91	143,91	9.920,00	60.452,16	69.501,16	69.501,16
4		ESTRUTURAS													
4.1		FORMAS													
4.1.2		FORMAS PARA SUPERESTRUTURA													
9543	SINAPI	ARMADAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME DO SAPATA UTILIZANDO AÇO CA50 DE 5 MM - MONTAGEM. AF 06/2007	KG	7,89	11,57	19,48	23,42	265,24	9,49	13,93	23,42	2.517,13	3.694,79	6.211,92	
10243	SINAPI	MONTAGEM E DEMONTAGEM DE FORMAS DE PLACAS RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES. PÉ-REITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPLETADA, REFINADA, 5 UTILIZADORES. AF 06/2005	M2	30,54	41,45	71,99	86,63	241,20	36,75	49,88	86,63	8.864,10	12.031,06	20.895,16	
10243	SINAPI	MONTAGEM E DEMONTAGEM DE FORMAS DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARGO DE MADEIRA, PÉ-REITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA, REFINADA, 5 UTILIZADORES. AF 06/2005	M2	42,85	74,32	117,17	141,00	323,50	51,57	89,45	141,00	16.862,90	28.936,60	45.815,01	
10252	SINAPI	MONTAGEM E DEMONTAGEM DE FORMAS DE LAJE MACIÇA, PÉ-REITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPLETADA, REFINADA, 5 UTILIZADORES. AF 06/2005	M2	16,21	32,38	48,98	58,47	27,19	19,51	38,96	58,47	5.082,72	1.058,82	1.584,54	
96336	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DEMONTAGEM DE FORMAS PARA SAPATA, EM MADEIRA, BARRAS 2,50 MM, 4 UTILIZADORES. AF 06/2007	M2	99,86	62,44	176,72	215,07	71,30	116,10	95,87	215,07	8.273,51	7.098,96	15.394,49	
96336	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DEMONTAGEM DE FORMAS PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA, BARRAS 2,50 MM, 4 UTILIZADORES. AF 06/2007	M2	99,86	50,41	92,27	108,63	192,90	47,97	60,86	108,63	9.255,41	11.701,32	20.956,73	
4.2		ARMADURAS													
4.2.3		ARMADAÇÃO CA50 + CA40													
9544	SINAPI	ARMADAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME DO SAPATA UTILIZANDO AÇO CA50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF 06/2007	KG	5,71	11,80	17,31	20,83	47,32	6,87	13,98	20,83	320,09	680,59	980,68	
9544	SINAPI	ARMADAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME DO SAPATA UTILIZANDO AÇO CA50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF 06/2007	KG	4,13	11,39	15,52	18,69	273,82	4,97	13,71	18,69	1.369,39	3.749,96	5.109,35	
9546	SINAPI	ARMADAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME DO SAPATA UTILIZANDO AÇO CA50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF 06/2007	KG	3,02	10,46	13,33	16,28	148,73	3,68	12,50	16,28	548,78	1.872,38	2.421,16	
9547	SINAPI	ARMADAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME DO SAPATA UTILIZANDO AÇO CA50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF 06/2007	KG	2,30	8,99	11,28	13,59	285,19	2,77	10,82	13,59	708,88	2.781,15	3.488,03	
92768	SINAPI	ARMADAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA50 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF 06/2002	KG	4,09	10,34	14,43	17,37	133,30	4,52	12,45	17,37	65,44	165,88	231,02	
92768	SINAPI	ARMADAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF 06/2002	KG	1,61	10,57	12,18	14,68	112,00	1,94	12,72	14,68	217,28	1.424,84	1.641,02	
92775	SINAPI	ARMADAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EPOCIFICAÇÃO TERREIRO DO SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA50 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	11,16	12,24	23,40	28,18	663,36	13,43	14,73	28,18	8.774,62	9.636,09	18.398,62	
92778	SINAPI	ARMADAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EPOCIFICAÇÃO TERREIRO DO SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	7,98	12,22	20,08	24,76	87,58	9,48	14,70	24,76	923,11	1.434,22	2.357,53	
92777	SINAPI	ARMADAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EPOCIFICAÇÃO TERREIRO DO SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	5,54	11,87	17,41	20,95	304,16	6,87	14,28	20,95	2.028,88	4.549,69	6.572,57	
92778	SINAPI	ARMADAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EPOCIFICAÇÃO TERREIRO DO SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	3,97	10,94	14,61	17,92	923,45	4,78	13,94	17,92	4.414,23	12.942,15	18.456,41	
92779	SINAPI	ARMADAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EPOCIFICAÇÃO TERREIRO DO SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA50 DE 14 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	2,81	9,23	12,94	14,49	1.133,81	3,38	11,71	14,49	3.784,68	12.374,43	16.193,11	
92780	SINAPI	ARMADAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EPOCIFICAÇÃO TERREIRO DO SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	1,86	8,91	10,77	12,96	969,50	2,24	10,72	12,96	1.276,68	6.105,94	7.386,72	
4.3		CONCRETOS E GORTES													
4.3.4		ESTRUTURA USIMADO													
4.3.4.1		CONCRETAGENS													
103672	SINAPI	CONCRETAGEM DE PILARES, FOX = 25 MPa, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADESIAMENTO E ACABAMENTO. AF 02/2002	M3	36,50	514,05	550,55	662,53	13,20	43,82	618,81	662,53	579,74	8.185,86	8.745,40	
103675	SINAPI	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FOX= 25 MPa, PARA LAJES MOLDADAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADESIAMENTO E ACABAMENTO. AF 02/2002	M3	38,19	513,40	551,68	663,89	22,70	45,86	617,83	663,89	1.043,29	14.027,01	15.070,30	
4.3.5		CONCRETO SIMPLIS													
98622	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PRISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE 5 CM AF 06/2007	M3	39,12	87,50	136,62	152,37	33,10	47,08	105,29	152,37	1.556,35	3.485,15	5.041,45	
4.4		ELEMENTOS DIVERSOS													
4.4.1		MANUTENÇÃO / REPAROS - ELEMENTOS DIVERSOS													
4.4.2		ELEMENTOS ESTRUTURAIS PRÉ-MOLDADOS													
4.4.2.1		ORTA, VARGA E CONTRAFRASE													
91180	SINAPI	VARGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA JANELAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO. AF 02/2018	M	25,96	75,07	100,93	121,48	17,60	31,12	95,34	121,48	3.640,64	5.580,95	2.125,05	
91187	SINAPI	VARGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA JANELAS COM MAIS DE 1,5 M DE VÃO. AF 02/2018	M	21,14	87,17	114,31	137,58	113,40	32,88	104,80	137,58	5.733,01	11.895,88	15.598,30	
91198	SINAPI	VARGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA PORTAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO. AF 02/2018	M	24,34	69,03	97,12	112,36	19,24	29,59	83,07	112,36	507,18	1.522,90	2.048,48	
91198	SINAPI	VARGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA PORTAS COM MAIS DE 1,5 M DE VÃO. AF 02/2018	M	28,79	88,14	114,93	138,31	24,92	32,94	106,67	138,31	803,42	2.643,77	3.448,89	
91205	SINAPI	CONTRAVEIGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA VÃOS DE ATÉ 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF 02/2018	M	25,96	72,88	98,54	118,58	17,60	31,12	87,48	118,58	544,60	1.530,05	2.078,15	
91205	SINAPI	CONTRAVEIGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA VÃOS DE MAIS DE 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF 02/2018	M	27,21	82,74	109,96	132,31	113,40	32,74	99,57	132,31	3.712,72	11.291,29	15.003,95	
x		SERVIÇOS EXTRAS - ESTRUTURAS													
3.7	COMPOSIÇÃO	REFRIGERAMENTO DE BLOCOS DE CONCRETO E VIGAS BALDRAMES, FOX 25 MPa, COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO, ADESIAMENTO E ACABAMENTO.	M3	540,00	7,19	548,00	620,05	22,60	611,92	611,13	620,05	13.462,24	178,88	13.641,12	
REF. ITEM 98650	SINAPI	REFRIGERAMENTO DE SUPERFÍCIE COM EMALSA ACRILICA 2, DEMOLIS AF 02/2018	M2	15,97	32,23	45,40	51,36	196,74	14,90	36,48	51,36	2.911,43	1.173,14	4.084,57	
5		ALVENARIA, DIVISÓRIA, MUROS E FECHOS													
5.1		ALVENARIA													
97509	SINAPI	ALVENARIA DE VEDADAÇÃO DE BLOCCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL, DE 6X19X19 (ESPESURA 9 CM) DE PARDEIS COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 8 MP SEM VÃOS E ANGASSAS DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF 06/2004	M3	63,14	44,68	107,82	129,75	42,46	75,98	53,77	129,75	3.206,11	2.283,08	5.559,19	
97509	SINAPI	ALVENARIA DE VEDADAÇÃO DE BLOCCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL, DE 6X19X19 (ESPESURA 9 CM, BLOCO DISTAÇÃO DO PARDEIS COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 8 MP SEM VÃOS E ANGASSAS DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF 06/2004	M3	10,50	70,69	118,19	214,43	1.664,41	126,37	85,06	214,43	136.400,02	89.888,12	226.097,14	
5.2		DIVISÓRIAS E PAREDES													
5.2.2		DIVISÓRIAS													
102253	SINAPI	DIVISÓRIA SANITÁRIA, TIPO CABINE, EM GRANITO CUA POLIDO, ESP = 3 CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COM LANTO ACQUÊ, EXCLUSIVE VENTILAÇÃO. AF 12/2019	M2	91,25	754,99	846,24	1.018,37	41,07	108,81	908,58	1.018,37	4.509,90	37.314,58	41.824,48	
6		COBERTURA													
10214	SINAPI	ESTRUTURA PARA COBERTURA EM AÇO	M	272,18	1.359,93										

91855	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	6,31	6,80	13,11	15,78	449,95	7,59	8,19	15,78	3.414,74	3.684,68	7.099,42
91857	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	7,02	11,43	18,43	22,18	158,45	8,42	13,76	22,18	1.165,33	1.904,38	3.069,71
8.2.2.2	ELETRODUTOS PVC RIGIDOS													
91871	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	8,30	8,67	16,97	20,42	8,80	9,99	10,43	20,42	89,91	93,87	183,78
93009	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	6,04	25,87	31,91	38,40	8,80	7,27	31,13	38,40	43,62	186,78	230,43
8.2.2.4	ELETRODUTOS METAIS FLEXÍVEIS													
97688	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	4,44	9,02	13,46	16,20	56,20	5,34	10,86	16,20	204,77	590,47	894,24
97689	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 90 (3"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	7,10	12,94	20,44	24,12	56,20	8,54	15,58	24,12	300,61	548,41	849,03
8.2.5	CABOS													
8.2.5.1	ISOLAMENTO 480/750V													
91928	SINAPI	CAPO DE CORDE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 480/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	1,35	3,13	4,46	5,39	1.629,90	1,62	3,77	5,39	2.840,44	6.144,72	8.795,16
91928	SINAPI	CAPO DE CORDE FLEXÍVEL ISOLADO 4 MM², ANTI-CHAMA 480/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	1,62	5,04	6,86	8,26	721,65	2,19	6,07	8,26	1.580,39	4.385,12	5.960,42
91930	SINAPI	CAPO DE CORDE FLEXÍVEL ISOLADO 16 MM², ANTI-CHAMA 480/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	2,38	7,14	9,52	11,46	101,70	2,86	8,60	11,46	200,89	874,62	1.165,48
8.2.5.2	ISOLAMENTO 0,6/1KV													
92094	SINAPI	CAPO DE CORDE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	2,84	24,17	27,01	32,50	56,20	3,42	29,08	32,50	120,38	1.023,62	1.144,00
92098	SINAPI	CAPO DE CORDE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	3,88	49,78	53,66	64,57	142,95	4,67	59,90	64,57	666,88	8.553,72	9.220,60
8.2.6	CONDULETES													
8.2.6.2	PVC													
95806	SINAPI	CONDULETE DE PVC TIPO B, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLÁVEL DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2019	UN	12,80	18,65	31,54	37,96	5,80	15,51	22,45	37,96	77,55	112,25	189,80
8.2.6.2	CAIXAS													
91936	SINAPI	CAIXA OCTOGONAL, 4" X 4", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	UN	10,42	11,74	22,16	26,67	44,00	12,54	14,13	26,67	551,78	621,72	1.173,48
91941	SINAPI	CAIXA RETANGULAR, 4" X 2", BARRA (3,0 MM DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	UN	7,88	6,19	14,07	16,93	78,80	9,48	7,40	16,93	739,44	581,10	1.320,54
91944	SINAPI	CAIXA RETANGULAR, 4" X 2", BARRA (3,0 MM DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	UN	8,13	9,60	17,73	21,34	3,60	9,78	11,56	21,34	58,68	66,36	128,04
92860	SINAPI	CAIXA RETANGULAR, 4" X 2", BARRA (3,0 MM DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	UN	7,80	4,49	12,38	14,90	2,80	9,49	5,41	14,90	19,88	10,82	26,80
8.2.11	DILATANTES													
8.2.11.1	MONOPOLARES													
93603	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO ON, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	UN	1,63	10,82	12,45	14,98	9,80	1,96	13,02	14,98	17,84	117,18	134,82
93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO ON, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	UN	2,21	11,02	13,25	15,92	2,50	2,88	13,26	15,92	5,32	26,52	31,84
93655	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO ON, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	UN	3,10	11,61	14,71	17,70	1,90	3,73	13,07	17,70	3,73	13,97	17,70
93656	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO ON, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	UN	3,10	11,61	14,71	17,70	1,90	3,73	13,07	17,70	3,73	13,97	17,70
8.2.11.2	BIPOLARES													
93662	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO ON, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	UN	3,28	55,97	59,25	71,30	1,90	3,95	67,35	71,30	3,95	67,35	71,30
93661	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO ON, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	UN	4,45	56,36	60,81	73,18	3,90	5,36	67,82	73,18	16,08	203,46	219,54
93664	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO ON, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	UN	8,55	58,88	67,42	81,15	3,90	10,29	70,86	81,15	30,87	212,58	243,45
8.2.11.4	OUTROS TIPOS DE DISJUNTORES													
91085	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL DE 125A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	UN	62,12	300,50	452,42	544,44	1,90	74,78	469,68	544,44	74,78	469,68	544,44
8.2.12	INTERRUPTORES													
8.2.12.1	SIMPLES													
91953	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	UN	16,93	17,33	34,26	41,23	7,80	20,37	20,86	41,23	142,59	146,02	288,61
91959	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	UN	24,92	27,12	52,04	62,62	2,00	29,99	32,63	62,62	59,98	65,26	125,24
92023	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+1 10 A INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	UN	28,85	29,44	58,20	70,15	4,00	34,72	35,43	70,15	138,88	141,72	280,60
8.2.13	TOMADAS													
92000	SINAPI	TOMADA BARRA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 3P+1 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	UN	17,40	18,47	35,87	43,17	99,00	20,94	22,23	43,17	1.235,48	1.311,57	2.547,03
8.2.18	LUMINÁRIAS													
91969	SINAPI	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 3 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_02/2020	UN	6,38	19,87	26,15	31,47	8,90	7,58	23,91	31,47	60,48	191,38	251,76
8.3	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPD													
8.3.2	HASTE DE ATERRAMENTO													
96988	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO 3/4" PARA SPD - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2017	UN	18,20	58,04	116,24	139,88	8,90	21,90	117,98	139,88	175,20	943,84	1.119,04
8.3.4	CORDOALHA													
96974	SINAPI	CORDOALHA DE CORDE Nº 50 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2017	M	24,65	67,38	92,07	110,80	127,40	29,71	81,08	110,80	3.785,05	10.330,87	14.115,92
8.3.5	SERVIÇOS EXTRAS - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO													
REF. ITEM 96111	CAIXA DE INSCRIÇÃO PARA ATERRAMENTO CIRCULAR EM POLIÉTILENO DIÂMETRO INTERNO = 63 MM, AF_12/2020													
8.4	COMPOSIÇÃO	CONJUNTO BUCHA - ARBÚSULA ALUMÍNIO 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	10,88	0,89	11,07	14,94	0,90	10,42	1,62	14,94	40,68	4,40	50,16
8.7	COMPOSIÇÃO	CONJUNTO BUCHA - ARBÚSULA ALUMÍNIO 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4,57	0,89	5,06	6,90	1,00	4,94	1,15	6,90	4,94	1,15	6,09
8.8	COMPOSIÇÃO	RITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOPROTEÇÃO, USO ÁREA 69 KV (ALTA TENSÃO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	8,96	2,27	11,23	13,51	20,00	10,14	3,37	13,51	202,80	67,40	270,20
8.9	COMPOSIÇÃO	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (IDR) 300mA - 4P/25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	375,55	8,92	384,47	462,67	1,90	424,96	37,81	462,67	424,96	37,81	462,67
8.10	COMPOSIÇÃO	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (DPS) CLASSE II 40KA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	107,82	6,38	114,20	137,43	3,90	121,98	15,45	137,43	365,04	46,35	412,39
8.11	COMPOSIÇÃO	LUMINÁRIA TIPO REFLETOR LED 20W 4000K 2000H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	49,12	10,25	59,34	71,77	4,90	55,57	14,26	71,77	222,28	54,45	277,73
8.12	COMPOSIÇÃO	PAINEL DE LED RÁPIDO SUPERIOR POT. MÁX. 150W 6000K 1800K QUADRO 300X300 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	220,67	5,96	226,63	272,67	4,00	246,67	23,10	272,67	10.948,28	1.016,40	12.016,68
8.13	COMPOSIÇÃO	CORPO EM ALUMÍNIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	229,81	0,42	230,23	277,06	5,90	239,98	17,98	277,06	1.269,90	85,40	1.385,30
8.14	COMPOSIÇÃO	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE COBRE GALVANIZADO, PARA 30 DISJUNTORES DN 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1.298,53	24,44	1.282,97	1.541,52	1,90	1.421,51	120,01	1.541,52	1.421,51	120,01	1.541,52
8.15	COMPOSIÇÃO	CAIXA DE PASSAGEM LULA TELEFONIA DE EMBUTIR, EM CHAPA DE COBRE GALVANIZADO, DIMENSÕES 300 X 300 X 100MM QM (PADRÃO CONCESSIONÁRIA LOCAL) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	100,45	16,00	116,45	140,08	1,90	113,58	25,00	140,08	113,58	25,00	140,08
8.16	COMPOSIÇÃO	CAIXA DE PASSAGEM LULA TELEFONIA DE EMBUTIR, EM CHAPA DE COBRE GALVANIZADO, DIMENSÕES 200 X 200 X 100MM QM (PADRÃO CONCESSIONÁRIA LOCAL) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	37,65	5,44	43,09	51,85	1,90	42,59	9,26	51,85	42,59	9,26	51,85
8.17	COMPOSIÇÃO	PAINEL DE LED RÁPIDO SUPERIOR POT. MÁX. 150W 6000K 1800K QUADRO 300X300 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	13,30	3,24	16,54	19,90	5,90	15,05	4,85	19,90	75,25	24,25	99,50
8.18	COMPOSIÇÃO	TERMINAL AEREO 300MM - BARRA CHATA DE ALUMÍNIO COM 1 FURTO DE TRAVAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	22,88	4,52	27,40	32,73	37,00	25,88	6,85	32,73	698,78	184,95	883,71
8.19	COMPOSIÇÃO	BARRA CHATA EM ALUMÍNIO - COM FURTO 7/8"X3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	16,93	4,32	21,25	25,57	21,40	19,15	4,42	25,57	6.020,76	2.018,45	8.039,21
8	INSTAL. HIDROSANITÁRIA, GAS-GLP, INCÊNDIO E APARELHOS													
8.2	SISTEMAS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS													
8.2.2	CAIXAS DE INCÊNDIO													
91973	SINAPI	CAIXA DE INCÊNDIO AUTOMÁTICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	UN	49,77	404,06	453,83	546,14	1,90	59,89	489,25	546,14	59,89	489,25	546,14
8.2.18	EXTINTORES													
91065	SINAPI	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL, COM CARGA DE AGUA PRESSURIZADA DE 9 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2019	UN	21,03	181,16	202,19	243,32	2,00	25,31	218,01	243,32	50,62	430,02	486,64
91069	SINAPI	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL, COM CARGA DE FOS G 60, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2019	UN	21,03	205,91	226,94	274,10	1,90	25,31	247,79	274,10	76,93	743,37	819,30
8.3	SISTEMAS HIDROSANITÁRIOS													
8.3.14	RESERVATÓRIOS E COMPLEMENTOS													
91289	SINAPI	CAIXA D'ÁGUA DE POLIÉTILENO, 200 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_06/2021	UN	12,34	1.281,25	1.293,69	1.509,83	1,90	14,85	1.541,98	1.556,83	14,85	1.541,98	1.556,83
94796	SINAPI	TORNEIRA DE BOMBA PARA CAIXA D'ÁGUA ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_08/2021	UN	34,74	35,05	43,79	52,70	1,90	10,52	42,18	52,70	10,52	42,18	52,70
8.3.19	TUBOS E CONEXÕES PARA RESERVATÓRIOS													
94708	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGES LIVRES, PVC SOLÁVEL, DN 50 MM X 1" - INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE AGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/BROCKMONT - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_06/2018	UN	13,16	28,27	41,43	49,86	3,90	15,84	34,62	49,86	47,52	102,06	149,58
94711	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGES LIVRES, PVC SOLÁVEL, DN 50 MM X 1 1/2" - INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE AGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/BROCKMONT - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_06/2018	UN	17,62	56,87	74,39	89,52	1,90	21,08	68,44	89,52	21,08	68,44	89,52
8.3.19.3	TUBOS DE PVC - ÁGUA FRIA													
94718	SINAPI	INSTALO EM PRIMA DE ÁGUA												
95446	SINAPI	TUBO, PVC SOLÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRIMA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_06/2022	M	0,88	4,66	5,54	6,67	78,60	1,08	5,61	6,67	74,84	396,00	470,50
95447	SINAPI	TUBO, PVC SOLÁVEL, DN 30MM, INSTALADO EM PRIMA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_06/2022	M	1,07	9,81	10,88	13,09	66,30	1,29	11,80	13,09	84,24	770,54	854,78
95449	SINAPI	TUBO, PVC SOLÁVEL, DN 30MM, INSTALADO EM PRIMA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_06/2022	M	1,55	16,81	18,36	22,09	30,48	1,87	20,22	22,09	58,65	614,69	671,54
95450	SINAPI	EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA												
93378	SINAPI	ÁGUA EM RAMAL COM BUCHA DE LIGAR, PVC SOLÁVEL, DN 25MM X 1/2" - INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_06/2022	M	6,05	6,26	14,31	17,22	36,00	7,28	9,94	17,22	260,08	357,84	619,92
8.3.19	EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO													
95429	SINAPI	ADAPTADOR CURTO COM BUCHA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC SOLÁVEL, DN 25MM X 3/4" - INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_06/2022	UN	3,92	3,06	6,86	8,40	38,80	4,72	3,68	8,40	179,36	139,84	319,28
95442	SINAPI	TE DE REDUÇÃO X 30MM, DN 25MM X 30MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_06/2022	UN	2,79	7,76	15,55	18,71	1,90	9,37	9,34	18,71	9,37	9,34	18,

88802	SINAPI	JOLEHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMARIA DE ESGOTO SANTARIO OU VENTILACAO, AF: 882022	UN	1,57	8,80	10,37	12,48	4,00	1,89	10,59	12,48	7,58	42,36	49,80
88801	SINAPI	JOLEHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMARIA DE ESGOTO SANTARIO OU VENTILACAO, AF: 882022	UN	1,57	8,94	9,81	11,56	20,00	1,89	9,87	11,56	37,80	193,40	231,20
88805	SINAPI	JOLEHO 80 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMARIA DE ESGOTO SANTARIO OU VENTILACAO, AF: 882022	UN	5,79	15,48	21,37	25,60	6,00	6,97	18,63	25,60	41,82	111,78	153,60
88803	SINAPI	JOLEHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMARIA DE ESGOTO SANTARIO OU VENTILACAO, AF: 882022	UN	10,00	20,23	30,22	36,37	10,00	12,00	24,34	36,37	120,30	243,40	360,70
88811	SINAPI	CURVA CURTA 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMARIA DE ESGOTO SANTARIO OU VENTILACAO, AF: 882022	UN	9,99	35,83	45,82	55,14	2,00	12,02	43,12	55,14	24,04	86,24	110,20
88813	SINAPI	LULA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMARIA DE ESGOTO SANTARIO OU VENTILACAO, AF: 882022	UN	1,04	5,13	6,17	7,42	7,00	1,25	6,17	7,42	8,75	43,19	51,94
88821	SINAPI	LULA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMARIA DE ESGOTO SANTARIO OU VENTILACAO, AF: 882022	UN	6,66	13,70	20,36	24,50	7,00	8,01	16,49	24,50	56,07	115,43	171,50
88825	SINAPI	TRE PIV, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMARIA DE ESGOTO SANTARIO OU VENTILACAO, AF: 882022	UN	2,08	15,03	17,11	20,59	6,00	2,50	18,00	20,59	15,00	106,54	123,54
88827	SINAPI	JUNCAO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMARIA DE ESGOTO SANTARIO OU VENTILACAO, AF: 882022	UN	2,08	17,47	19,55	23,53	6,00	2,50	21,03	23,53	5,00	42,06	47,06
88830	SINAPI	JUNCAO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 X 75 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMARIA DE ESGOTO SANTARIO OU VENTILACAO, AF: 882022	UN	7,71	31,49	36,20	47,17	1,00	9,28	37,89	47,17	9,28	37,89	47,17
88834	SINAPI	JUNCAO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMARIA DE ESGOTO SANTARIO OU VENTILACAO, AF: 882022	UN	13,32	41,84	55,16	68,38	6,00	16,03	50,35	68,38	98,18	302,10	398,20
9.3.29		TUBOS DE PVC - ESGOTO E AGUAS PLUVIAIS - SERIE R												
88508	SINAPI	TUBO PVC, SERIE R, AGUA PLUVIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAIXAMENTO, AF: 882022	M	8,83	11,92	18,75	22,58	15,00	8,22	14,34	22,58	129,88	226,57	396,45
88509	SINAPI	TUBO PVC, SERIE R, AGUA PLUVIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAIXAMENTO, AF: 882022	M	8,73	16,53	25,26	30,40	22,10	10,51	19,89	30,40	232,27	436,57	671,94
88512	SINAPI	TUBO PVC, SERIE R, AGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAIXAMENTO, AF: 882022	M	18,54	35,99	54,53	65,62	73,20	22,31	43,31	65,62	1.633,09	3.170,29	4.803,38
88578	SINAPI	TUBO PVC, SERIE R, AGUA PLUVIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE AGUAS PLUVIAIS, AF: 882022	M	2,00	25,76	27,86	33,85	5,40	2,85	31,00	33,85	14,31	167,40	181,71
9.3.30		CONEXOES DE PVC - ESGOTO E AGUAS PLUVIAIS - SERIE R												
9.3.30.1		EM RAMAL DE ENCAIXAMENTO												
88516	SINAPI	JOLEHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, AGUA PLUVIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDAVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAIXAMENTO, AF: 882022	UN	2,18	6,75	8,80	10,75	9,00	2,62	8,13	10,75	23,58	73,17	96,75
88520	SINAPI	JOLEHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, AGUA PLUVIAL, DN 50 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAIXAMENTO, AF: 882022	UN	2,78	13,12	15,30	19,13	2,00	3,35	15,78	19,13	8,70	31,58	38,28
9.4		APARELHOS SANTARIOS, LOUCAS, METAS E OUTROS												
9.4.1		MANUTENCAO / REPAROS - APARELHOS SANTARIOS, LOUCAS, METAS E OUTROS												
88888	SINAPI	ENGATE FLEXIVEL EM INOX, 1/2 X 3/8" - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	4,85	59,71	64,56	77,69	10,00	5,84	71,85	77,69	58,40	718,50	778,60
88894	SINAPI	ENGATE FLEXIVEL EM PLASTICO BRANCO, 1/2 X 3/8" - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	4,87	7,19	12,68	14,51	23,00	5,88	8,65	14,51	134,78	198,95	333,73
9.4.2		TANQUES												
88874	SINAPI	TANQUE DE LOUCA BRANCA SUSPENSO, 18L OU EQUIVALENTE - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	27,80	550,55	578,15	695,75	1,00	33,45	692,30	695,75	33,45	692,30	695,75
9.4.4		QUIBAS E PAS												
88900	SINAPI	QUIBA DE EMBUTIR RETANGULAR DE ACO INOXIDAVEL, 48 X 30 X 12 CM - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	16,87	238,22	255,09	306,98	5,00	20,30	298,68	306,98	10,50	1.433,40	1.534,90
9.4.5		LAVATÓRIOS												
88904	SINAPI	LAVATORIO LOUCA BRANCA SUSPENSO, 20,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRAO POPULAR - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	13,56	152,46	166,02	199,79	15,00	16,32	183,47	199,79	244,80	2.752,05	2.998,85
9.4.6		TOILETAS E MISTURADORES												
88910	SINAPI	TOILETINA CROMADA TIPO MOVEL, DE MESA, 1/2 OU 3/4, PARA PIA OU 3/4, PARA PIA DE COZINHA, PADRAO ALTO - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	5,30	105,76	111,06	133,65	6,00	6,38	127,27	133,65	38,28	763,62	801,90
88913	SINAPI	TOILETINA CROMADA, 1/2 OU 3/4 PARA TANQUE, PADRAO POPULAR - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	4,85	43,22	46,07	57,85	1,00	5,84	52,01	57,85	5,84	52,01	57,85
88915	SINAPI	TOILETINA CROMADA DE MESA, 1/2 OU 3/4, PARA LAVATORIO, PADRAO MEDIO - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	3,04	118,12	121,16	145,80	15,00	3,68	142,14	145,80	54,90	2.130,10	2.187,00
9.4.7		ESPECES E VALVULAS												
88920	SINAPI	BIFADO DO TIPO ALAVANCA DN PVC 1 X 1 1/2 - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	2,69	10,30	12,16	15,63	20,00	3,24	13,39	15,63	64,80	247,80	252,60
88922	SINAPI	BIFADO DO TIPO GARRAFACOPO EM PVC 1 1/4 X 1 1/2 - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	4,32	19,45	25,77	28,60	3,00	5,20	23,40	28,60	15,60	75,20	85,80
88878	SINAPI	VALVULA EM PLASTICO 1 PARA PIA, TANQUE OU LAVATORIO, COM SEM LADRÃO - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	3,93	6,81	10,74	13,92	20,00	4,73	8,19	12,90	94,60	163,80	208,40
9.4.8		APARELHOS SANTARIOS												
88888	SINAPI	VASO SANTARIO BIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUCA BRANCA - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	28,41	532,57	560,98	675,08	10,00	34,19	640,89	675,08	341,90	6.408,90	6.750,80
85472	SINAPI	VASO SANTARIO BIFONADO CONVENCIONAL PARA PICO SEM FURO FRONTAL COM LOUCA BRANCA SEM ASSENTO, INCLUIDO CONJUNTO DE LUCAS PARA SANTARIO ALTERNATIVO - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	40,37	857,88	896,25	1.080,95	3,00	48,58	1.032,37	1.080,95	97,16	2.084,74	2.161,90
120868	SINAPI	MISTURADOR LOUCA BRANCA PADRAO MEDIO - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	32,18	716,53	746,71	901,00	3,00	38,73	880,27	901,00	116,19	2.588,81	2.702,00
100849	SINAPI	ASSENTO SANTARIO CONVENCIONAL - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	4,88	40,59	43,27	54,48	12,00	5,87	48,61	54,48	70,44	583,32	603,78
9.4.9		SABONETEIRAS E PAPELEIRAS												
120874	SINAPI	PLACADOR PARA PICO, FIXADO NA PORTA, FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	30,34	301,17	331,41	398,82	4,00	38,39	392,43	398,80	145,58	1.448,72	1.595,38
100867	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA EM ACO INOX, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PARDE - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	30,34	321,97	352,21	423,86	2,00	38,39	397,46	423,86	73,78	774,50	847,70
100868	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA EM ACO INOX, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PARDE - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 812020	UN	30,34	335,81	366,05	440,50	4,00	38,39	404,11	440,50	145,58	1.676,44	1.792,00
9.4.10		REGISTROS E VALVULAS												
94495	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 882021	UN	6,82	61,72	68,54	82,48	6,00	6,21	74,27	82,48	49,28	446,02	494,88
94497	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/2" - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 882021	UN	12,10	108,24	118,34	142,41	1,00	14,56	127,85	142,41	14,56	127,85	142,41
94702	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1" COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADAS - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 882021	UN	11,93	118,26	128,19	154,26	4,00	14,36	130,90	154,26	57,44	558,60	617,04
88987	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADAS - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 882021	UN	10,16	95,11	105,27	128,68	19,00	12,23	114,45	128,68	232,37	2.174,55	2.406,82
96035	SINAPI	VALVULA DE DESCARGA METALICA BASE 1 1/2" - ACABAMENTO METALICO CROMADO - FORNECIDO E INSTALACAO, AF: 882021	UN	42,58	288,52	301,08	368,42	3,00	51,22	347,30	368,42	153,68	1.041,80	1.195,26
9		SERVIÇOS ESPECIAIS - INSTALAÇÕES MICRO-SANTARIAS, GAS-OL, PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E APARELHOS SANTARIOS												
9.6	COMPOSIÇÃO	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (NBR 5889) - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	5,14	1,23	6,37	7,67	40,00	5,81	1,86	7,67	284,69	91,14	375,63
9.6	COMPOSIÇÃO	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM (NBR 5889) - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	5,76	1,12	6,88	9,28	6,00	6,02	1,76	9,28	30,12	10,59	48,80
9.7	COMPOSIÇÃO	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM (NBR 5889) - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	6,20	1,12	7,32	8,81	24,00	7,01	1,80	8,81	238,34	81,20	299,54
9.8	COMPOSIÇÃO	PRELIMINAR COM ANEL, 10 GRAMS, ANIMA 1 1/2" PARA ESGOTO SUBTERRANEO - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	10,62	1,12	11,74	14,37	14,00	12,34	2,13	14,37	17,36	29,82	201,18
9.9	COMPOSIÇÃO	JUNCAO SIMPLES DE PRESSAO, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	34,45	2,64	37,10	44,65	3,00	38,98	5,67	44,65	116,94	17,01	133,95
9.12	COMPOSIÇÃO	REDUÇAO EXCENTRICA PVC, DN 75 X 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	23,11	2,64	25,75	30,95	3,00	28,14	4,65	30,95	78,42	14,55	92,07
9.13	COMPOSIÇÃO	ANEL DE VEDACAO, PVC FLEXIVEL, 10 MM, PARA JANELA DE SACIA - VASO SANTARIO - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	14,86	1,23	15,19	19,48	12,00	16,92	2,58	19,48	203,04	30,72	229,76
9.14	COMPOSIÇÃO	JUNCAO SIMPLES, PVC, SERIE R, DN 100 X 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	71,33	2,64	73,97	89,02	6,00	80,70	8,32	89,02	645,60	88,56	712,16
9.15	COMPOSIÇÃO	JUNCAO SIMPLES, PVC, SERIE R, DN 100 X 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	36,84	2,64	38,48	47,51	3,00	41,88	5,83	47,51	125,04	17,49	142,53
9.16	COMPOSIÇÃO	JUNCAO SIMPLES, PVC, SERIE R, DN 40 X 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	23,03	2,64	26,47	31,97	6,00	27,07	4,90	31,97	162,42	25,40	191,82
9.17	COMPOSIÇÃO	BLOCO AUTONOMO (O FARTOS) - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	143,55	9,26	172,81	207,96	2,00	185,02	22,94	207,96	370,04	45,88	415,92
9.18	COMPOSIÇÃO	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, ES 18"18", FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, EM PVC 2" MM ANTI-CHAMAS (IMBOLS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 1820), CONFORME PROJETO - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	15,40	2,31	16,70	21,42	1,00	17,52	3,90	21,42	17,52	3,90	21,42
9.19	COMPOSIÇÃO	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, ES 18"18", FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, EM PVC 2" MM ANTI-CHAMAS (IMBOLS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 1820), CONFORME PROJETO - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	15,40	2,31	17,80	21,42	5,00	17,52	3,90	21,42	87,60	19,50	107,10
9.2	COMPOSIÇÃO	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, ES 30"18", FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, EM PVC 2" MM ANTI-CHAMAS (IMBOLS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 1820), CONFORME PROJETO - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	26,40	2,31	28,80	34,66	5,00	29,97	4,69	34,66	149,85	23,45	173,30
9.21	COMPOSIÇÃO	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, ES 30"18", FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, EM PVC 2" MM ANTI-CHAMAS (IMBOLS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 1820), CONFORME PROJETO - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	26,40	2,31	28,80	34,66	5,00	29,97	4,69	34,66	149,85	23,45	173,30
9.22	COMPOSIÇÃO	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, ES 30"18", FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, EM PVC 2" MM ANTI-CHAMAS (IMBOLS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 1820), CONFORME PROJETO - FORNECIDO E INSTALACAO.	UN	26,40	2,31	28,80	34,66	5,00	29,97	4,69	34,66	119,88	16,76	138,64
9.23	COMPOSIÇÃO	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, ES 30"18", FOTOLUM												

[illegible]

PAM
2024

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID

CONSTRUÇÃO CIVIL

Município:	FRANCISCO BELTRÃO	SAM	100	Edital no Município	Procedimento prévio	Início previsto da Obra	Fonte do RECURSO	Convênio	Prazo do Projeto	Repasse do Concedente						R\$	1.600.000,00	87,75%																									
Projeto :	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS	LOTE nº	1	Data	16/04/2024	Dias	70	Data	05/07/2024	Sigla	PAM	nº		nº dias	300	Ok o nº de DIAS	Contrapartida do Proponente	R\$	223.269,97	12,25%																							
Quantidade:	665,67	m²	CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO																Valor Total	1.823.269,97	100,00%																						
GRUPO ITEM	SERVIÇOS	N	NÚMERO DE ETAPAS (%)																Nº DE ETAPAS	TOTAL ITEM (R\$)	% S/ TOTAL																						
			ok15	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15																									
	Informar o número de DIAS de cada ETAPA:	300	30	25	25	10	20	20	20	15	20	20	15	25	10	25	20																										
	Data Início		5/7/24	5/8/24	31/8/24	26/9/24	7/10/24	28/10/24	18/11/24	9/12/24	25/12/24	15/1/25	5/2/25	21/2/25	19/3/25	30/3/25	25/4/25																										
	Data Fim		4/8/24	30/8/24	25/9/24	6/10/24	27/10/24	17/11/24	8/12/24	24/12/24	14/1/25	4/2/25	20/2/25	18/3/25	29/3/25	24/4/25	15/5/25																										
1	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	%	85,6	7,2	0,9		0,9		0,9		0,9		0,9		0,9	0,9	0,9				10	154.932,32	8,50																				
2	MOVIMENTO DE TERRA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS	%		100,0																	1	2.083,94	0,11																				
3	FUNDACOES	%		100,0																	1	68.501,16	3,76																				
4	ESTRUTURAS	%		27,5	45,1	11,5	7,1	7,1					1,7								6	284.472,60	15,60																				
5	ALVENARIA, DIVISÓRIAS, MUROS E FECHOS	%					41,3	41,3							15,3	2,1					4	273.430,79	15,00																				
6	COBERTURA	%							100,0												1	296.317,81	16,25																				
7	ESQUADRIAS, ACESSORIOS, VIDROS E ESPELHOS	%													100,0						1	142.547,77	7,82																				
8	INSTAL. ELETRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO	%									19,3						80,7				2	87.229,76	4,78																				
9	INSTAL. HIDROSANITÁRIAS, GAS-GLP, INCÊNDIO E APARELHOS	%								39,0							61,0				2	55.725,68	3,06																				
10	REVESTIMENTOS DE PAREDES E PISOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS	%									15,3	15,3	22,6	8,3	1,5	22,5	14,5				7	435.957,80	23,91																				
11	PAVIMENTACAO E CALCAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS	%														100,0						21.551,12	1,18																				
12	DIVERSOS (LIMPEZA,ENSAIOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS)	%														100,0					1	519,22	0,03																				
TOTAIS																						1.823.269,97	100,00																				
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS (TESOURO E CONTRAPARTIDA)																																											
ITEM	SERVIÇOS	FONTES		ETAPAS (R\$)																Nº DE ETAPAS	TOTAL ITEM	% S/ ITEM																					
			R\$	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15																									
1T	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	TESOURO	R\$	116.381,73	9.789,12	1.223,64	-	1.223,64	-	1.223,64	-	1.223,64	-	1.223,64	-	1.223,64	1.223,64	1.223,64	-	-	-	10	135.959,96	7,46%																			
1C		CONTRAPARTIDA	R\$	16.240,34	1.366,01	170,75	-	170,75	-	170,75	-	170,75	-	170,75	-	170,75	170,75	170,75	-	-	-	10	18.972,36	1,04%																			
2T	MOVIMENTO DE TERRA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS	TESOURO	R\$	-	1.828,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1.828,75	0,10%																				
2C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	255,19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	255,19	0,01%																				
3T	FUNDACOES	TESOURO	R\$	-	60.112,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	60.112,80	3,30%																				
3C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	8.388,36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8.388,36	0,46%																				
4T	ESTRUTURAS	TESOURO	R\$	-	68.650,25	112.586,41	28.708,29	17.724,25	17.724,25	-	-	-	4.243,83	-	-	-	-	-	-	-	6	249.637,28	13,69%																				
4C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	9.579,71	15.710,73	4.006,06	2.473,31	2.473,31	-	-	-	592,20	-	-	-	-	-	-	-	6	34.835,32	1,91%																				
5T	ALVENARIA, DIVISÓRIAS, MUROS E FECHOS	TESOURO	R\$	-	-	-	-	99.098,36	99.098,36	-	-	-	-	-	36.711,98	5.038,90	-	-	-	-	4	239.947,61	13,16%																				
5C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	13.828,56	13.828,56	-	-	-	-	-	5.122,93	703,15	-	-	-	-	4	33.483,18	1,84%																				
6T	COBERTURA	TESOURO	R\$	-	-	-	-	-	-	260.031,98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	260.031,98	14,26%																				
6C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	36.285,83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	36.285,83	1,99%																				
7T	ESQUADRIAS, ACESSORIOS, VIDROS E ESPELHOS	TESOURO	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	125.091,97	-	-	-	-	-	1	125.091,97	6,86%																				
7C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.455,80	-	-	-	-	-	1	17.455,80	0,96%																				
8T	INSTAL. ELETRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO	TESOURO	R\$	-	-	-	-	-	-	-	14.773,76	-	-	-	-	-	-	61.774,21	-	-	-	2	76.547,97	4,20%																			
8C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	2.061,59	-	-	-	-	-	-	8.620,20	-	-	-	2	10.681,79	0,59%																			
9T	INSTAL. HIDROSANITÁRIAS, GAS-GLP, INCÊNDIO E APARELHOS	TESOURO	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.830,07	-	-	-	2	48.901,75	2,68%																			
9C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	2.661,33	-	-	-	-	-	-	4.162,60	-	-	-	2	6.823,93	0,37%																			
10T	REVESTIMENTOS DE PAREDES E PISOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS	TESOURO	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	58.533,55	58.533,55	86.461,33	31.753,50	5.738,58	86.078,75	55.472,98	-	-	-	7	382.572,24	20,98%																			
10C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	8.167,99	8.167,99	12.065,14	4.431,00	800,78	12.011,75	7.740,91	-	-	-	-	7	53.385,56	2,93%																			
11T	PAVIMENTACAO E CALCAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS	TESOURO	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.912,06	-	-	-	1	18.912,06	1,04%																				
11C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.639,06	-	-	-	1	2.639,06	0,14%																				
12T	DIVERSOS (LIMPEZA,ENSAIOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS)	TESOURO	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	455,64	-	-	-	1	455,64	0,02%																			
12C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63,58	-	-	-	1	63,58	0,00%																			
T	TOTAIS	TESOURO	R\$	116.381,73	140.380,92	113.810,05	28.708,29	118.046,25	116.822,61	261.255,62	33.845,44	59.757,19	58.533,55	91.928,80	31.753,50	168.766,18	111.253,35	148.756,53	-	-	-		1.600.000,00	87,75%																			
C		CONTRAPARTIDA	R\$	16.240,34	19.589,28	15.881,48	4.006,06	16.472,61	16.301,86	36.456,58	4.722,92	8.338,74	8.167,99	12.828,09	4.431,00	23.550,26	15.524,71	20.758,04	-	-	-		223.269,97	12,25%																			
FATURAMENTO MENSAL PREVISTO																						R\$	132.622,07	159.970,19	129.691,53	32.714,35	134.518,86	133.124,47	297.712,20	38.568,36	68.095,93	66.701,54	104.756,89	36.184,50	192.316,44	126.778,06	169.514,57	-	-	-		1.823.269,97	100,00%
MENSAL PARCIAL PREVISTO EM %																						R\$	7,27%	8,77%	7,11%	1,79%	7,38%	7,30%	16,33%	2,12%	3,73%	3,66%	5,75%	1,98%	10,55%	6,95%	9,30%					1.823.269,97	100,00%
MENSAL ACUMULADO PREVISTO EM %																						R\$	7,27%	16,05%	23,16%	24,96%	32,33%	39,63%	55,96%	58,08%	61,81%	65,47%	71,22%	73,20%	83,75%	90,70%	100,00%					OK	OK
Resp. Técnico:		Assinatura:					Prefeito:					Assinatura:					data:																										
HELOÍSA BORTOT							CLEBER FONTANA																																				
Tabela de referência: SINAPI de SETEMBRO/2023 - sem desoneração																						Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):						16/04/2024 - ter															

GRANDES ITENS - RESUMO - EDITAL DE LICITAÇÃO					
Município:	FRANCISCO BELTRÃO		SAM	100	
Projeto:	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS		LOTE nº	1	
		TOTAL DA MÃO DE OBRA	TOTAL DO MATERIAL	(R\$) - PM TOTAIS	Grandes Itens (%)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	67.436,38	87.495,94	154.932,32	8,50%
2	MOVIMENTO DE TERRA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS	868,95	1.214,99	2.083,94	0,11%
3	FUNDACOES	8.092,00	60.409,16	68.501,16	3,76%
4	ESTRUTURAS	99.949,46	184.523,14	284.472,60	15,60%
5	ALVENARIA, DIVISÓRIAS, MUROS E FECHOS	144.145,03	129.285,76	273.430,79	15,00%
6	COBERTURA	48.823,08	247.494,73	296.317,81	16,25%
7	ESQUADRIAS, ACESSÓRIOS, VIDROS E ESPELHOS	46.486,60	96.061,17	142.547,77	7,82%
8	INSTAL. ELÉTRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO	39.851,58	47.378,18	87.229,76	4,78%
9	INSTAL. HIDROSANITÁRIAS, GAS-GLP, INCÊNDIO E APARELHOS	11.974,50	43.751,18	55.725,68	3,06%
10	REVESTIMENTOS DE PAREDES E PISOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS	137.053,28	298.904,52	435.957,80	23,91%
11	PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS	7.491,81	14.059,31	21.551,12	1,18%
12	DIVERSOS (LIMPEZA, ENSAIOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS)	386,09	133,13	519,22	0,03%
TOTAL GERAL		612.558,76	1.210.711,21	1.823.269,97	100,00%
		33,60%	66,40%		
Experiência:		Quantidade (projeto)	Unid	Quantidade Edital (50%)	
Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):				16/04/2024 - ter	





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2689-6A81-9090-C7EC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



NELSON VENZO (CPF 956.XXX.XXX-34) em 29/04/2024 15:22:27 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/2689-6A81-9090-C7EC>